

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

LINGUAGEM E FILOSOFIA NAS "INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS" DE
WITTGENSTEIN

LÍVIA MARA GUIMARÃES

Dissertação apresentada ao Departamento
de Filosofia da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Filosofia.

Belo Horizonte
Minas Gerais - Brasil

1989

LINGUAGEM E FILOSOFIA NAS "INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS" DE
WITTGENSTEIN

Lívia Mara Guimarães

Dissertação defendida e **APROVADA** pela Banca
Examinadora, constituída dos Senhores:

Prof. *Kaio Henrique //*

Prof. *04/07*

Prof. Paulo Roberto Almeida

Guia

Prof. Guido Antônio de Almeida (orientador)

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 20 de NOVEMBRO de 1989 .

INSTITUIÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM FINANCEIRAMENTE PARA A
REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - CNPq
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - CAPES

Dedico esta dissertação ao Ricardo
e à Gabriela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Guido de Almeida a orientação segura, rigorosa e paciente, sem a qual meu trabalho não teria sido possível.

Tenho muito a agradecer também aos meus professores no Depto. de Filosofia da UFMG, particularmente ao prof. Hugo César da Silva Tavares, que me orientou nos projetos de Iniciação Científica desenvolvidos no curso de Graduação.

Ao prof. Emílio César Pereira Rezende, de cuja disciplina fui monitora, agradeço o incentivo.

Ao prof. Paulo Margutti, a generosidade com que se dispôs a me acompanhar na leitura do "Tractatus" de Wittgenstein e a ler algumas partes do meu texto.

Ao Prof. Hugo Pereira do Amaral, os excelentes cursos, onde pude me interessar por Wittgenstein ao ponto de elegê-lo como objeto da minha dissertação de mestrado.

À profa. Marilene Rodrigues de Mello Brunelli, agradeço os ótimos cursos e também o exemplo de seriedade e dedicação.

No prof. Ricardo Fenati, agradeço o interlocutor inteligente e interessado, que sempre esteve disposto a me ouvir e trazer bons problemas e soluções.

Pela amizade e apoio, sou muito grata à profa. Telma de Souza Birchall e aos colegas Maria Heloísa Noronha Barros e Paulo Pimenta Marques.

Aos meus pais agradeço o carinho, o apoio e a amizade.

Agradeço, finalmente, à Anna Elisa Meyer, bibliotecária do Depto. de Filosofia da UFMG, e à sua equipe que, com toda gentileza e solicitude, possibilitou o acesso fácil à bibliografia usada neste trabalho. Também ao Francisco de Assis Maciel, responsável pelo Centro de Computação da FAFICH, e ao Mário Isamu Kuraoka, aluno da Faculdade, pelas lições sobre o processador de textos que usei e pela assessoria na digitação do trabalho.

"Temos diante de nós uma tarefa que deve ser rapidamente executada. Sabemos que retardá-la será ruinoso. A mais importante crise de nossa vida requer, imperiosamente, energia imediata e ação. Inflamamo-nos, consumimo-nos na avidez de começar o trabalho, abrasando-se toda a nossa alma na antecipação de seu glorioso resultado. É forçoso, é urgente que ele seja executado hoje e contudo adiamos-lo para amanhã. Porque isso? Não há resposta, senão a de que sentimos a **perversidade** do ato, usando o termo sem compreender-lhe o princípio. Chega o dia seguinte e com ele mais impaciente ansiedade de cumprir nosso dever, mas com todo esse aumento de ansiedade chega também um indefinível e positivamente terrível, embora insondável, anseio extremo de adiamento. E quanto mais o tempo foge, mais força vai tomando esse anseio. A última hora para agir está iminente. Trememos à violência do conflito que se trava dentro de nós, entre o definido e o indefinido, entre a substância e a sombra. Mas se a contenda se prolonga a este ponto, é a sombra quem prevalece. Foi vã a nossa luta. O relógio bate e é o dobre de finados de nossa felicidade. Ao mesmo tempo é a clarinada matinal para o fantasma que por tanto tempo nos intimidou. Ele voa. Desaparece. Estamos livres. Volta a antiga energia. Trabalharemos **agora**. Ai de nós porém, é **tarde demais!**"

EDGAR ALLAN POE

"O Demônio da Perversidade"

Contos de Terror de Mistério e de Morte.
Trad. Oscar Mendes, José Aguilar, Rio de Janeiro, 1975, p.168,169.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	9
Cap.1 - FILOSOFIA E LINGUAGEM NÒ "TRACTATUS".....	15
Introdução: A Filosofia como Esclarecimento	15
A questão da Verdade e a Teoria do Sentido.	19
Estatuto da Filosofia.....	28
Recapitulação e Passagem às "Investigações"	32
Cap.2 - A NOVA ÓTICA DAS "INVESTIGAÇÕES".....	38
Cap.3 - LINGUAGEM NAS "INVESTIGAÇÕES".....	61
Introdução.....	61
Ostensão e Significado.....	65
O Significado dos Nomes.....	80
O Significado dos Predicados.....	91
Regras e Uso.....	102
Cap.4 - FILOSOFIA NAS "INVESTIGAÇÕES".....	109
CONCLUSÃO.....	127
BIBLIOGRAFIA.....	133

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem três objetivos principais, todos eles ligados entre si. Ele pretende: explicitar a concepção de linguagem presente na obra "Investigações Filosóficas" de Wittgenstein; investigar a relevância da noção de jogo de linguagem para a formulação desta concepção; determinar o estatuto, resultante das considerações sobre a linguagem, conferido à filosofia, pelo texto.

Nas "Investigações", ainda que não se verifique uma pura descontinuidade em relação ao "Tractatus" - o propósito dos dois livros, a crítica que visa solucionar os problemas filosóficos através de um exame da linguagem, é o mesmo - Wittgenstein alcança sucesso onde a sua obra anterior fracassa. Elas mostram que o "Tractatus" ainda manifesta uma tendência que compromete toda especulação filosófica, condenando-a ao engano e à ilusão - o essencialismo. Mostram ainda que a fonte do ideal essencialista está na compreensão equivocada do funcionamento da linguagem.

Se lemos o aforismo 4.1112 do "Tractatus", que diz

"A finalidade da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

A filosofia não é teoria mas atividade.

Uma obra filosófica consiste essencialmente em comentários.

A filosofia não resulta em "proposições filosóficas" mas em tornar claras as proposições."

parece que não estamos muito longe das "Investigações". Há uma semelhança, que não é pequena, entre o que ele diz e o que as "Investigações" afirmam, por exemplo, no par. 124:

"A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo.

Pois também não pode fundamentá-lo.

A filosofia deixa tudo como está."

Mas se para os dois livros a filosofia permanece sendo definida como "crítica da linguagem", como atividade que tem função terapêutica e de esclarecimento e deve abandonar quaisquer pretensões teóricas, em outros aspectos relevantes eles divergem profundamente. Enquanto o "Tractatus" quer descortinar a essência da linguagem, dando a "forma de todas as proposições", como afirma o af.5.47, as "Investigações" são levadas, a partir dos resultados aos quais chegam, ao abandono do ideal da essência e, ao modo do patologista, diagnosticam neste ideal "Uma imagem (que) nos mantinha presos". Elas descobrem, ao adotarem um método descritivo, que nada há a obter senão uma "visão panorâmica" da linguagem, onde não há mais o risco de se ser levado pela crença que o par. 105 menciona nos seguintes termos:

"Se acreditamos que devemos encontrar aquela ordem, a ideal, na linguagem real, ficaremos insatisfeitos com aquilo que na vida cotidiana se chama "frase", "palavra", "signo".

A frase, a palavra, da qual trata a lógica deve ser algo puro e rigorosamente destacado. E quebramos a cabeça sobre a essência do verdadeiro signo."

O que procuramos entender nesta leitura que fazemos das "Investigações" é por quais caminhos Wittgenstein chega à contestação do "Tractatus" nas IF. Como ele consegue se opor à atitude que atribui ao "Tractatus", e que descreve nos par.96, 97 e 98, que reproduzimos a seguir:

"...O pensamento, a linguagem, aparecem-nos como o único correlato, a única imagem do mundo. Os conceitos:

proposição, linguagem, pensamento, mundo estão uns após os outros numa série, cada um equivalendo ao outro... O pensamento está rodeado de um nimbo. - Sua essência, a lógica, representa uma ordem, e na verdade a ordem a priori do mundo, isto é, a ordem das possibilidades que deve ser comum ao mundo e ao pensamento. Esta ordem, porém, ao que parece, deve ser altamente simples. Está antes de toda experiência; deve se estender através da totalidade da experiência; nenhuma perturbação e nenhuma incerteza empírica devem afetá-la... Estamos na ilusão de que o especial, o profundo, o essencial (para nós) de nossa investigação residiria no fato de que ela tenta compreender a essência incomparável da linguagem. Isto é, a ordem que existe entre os conceitos de frase, palavra, conclusão, verdade, experiência, etc. Esta ordem é uma superordem entre - por assim dizer - superconceitos... Por um lado, é claro que cada frase de nossa linguagem 'está em ordem, tal como está'. Isto é, que nós não aspiramos a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma linguagem perfeita. - Por outro lado, parece claro que onde há sentido, deve existir ordem perfeita. - Portanto, a ordem perfeita deve estar presente também na frase mais vaga."

Esse ideal, que aprisiona o filósofo e que o confunde quando ele tenta compreender a significação linguística, só pode ser avaliado, com justiça, com o recurso metodológico aos jogos de linguagem, que por isso se tornam a noção de maior importância no livro. Eles é que permitem o esclarecimento da questão do significado, quando destroem a ilusão de uniformidade no funcionamento da linguagem, que está na base de todo essencialismo, e que servem, finalmente, para caracterizar, analogicamente, a linguagem mesma. Eles patenteiam que "Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior se torna o conflito entre ela e nossas exigências", como conclui o par.107. Observar como é aplicado o método representado pelos jogos de linguagem e compreender a semântica elaborada

a partir dos seus ensinamentos, para depois avaliar as repercussões que têm estas descobertas no dimensionamento da atividade filosófica, pareceu-nos um bom roteiro de iniciação ao pensamento de Wittgenstein, que procuramos seguir na sequência deste trabalho.

Cumprindo este programa seguem-se quatro capítulos, estruturados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo estuda o "Tractatus". Para responder a questão: "são verdadeiros conceitos aqueles com os quais lidam os sistemas filosóficos?", é preciso antes explicitar o que pode ser pensado ou, o que é o mesmo, o que pode ser dito com sentido. Para se decidir sobre o que podemos saber, o filósofo deve saber o que podemos dizer, ou formular uma teoria do sentido. O capítulo procura acompanhar a determinação do critério de sentido na linha do "Tractatus" para, a partir daí, situar as proposições filosóficas frente a tal critério. No livro, a filosofia converte-se de teoria em atividade de esclarecimento. Os problemas filosóficos são pseudo problemas, surgidos devido à ignorância sobre a lógica que articula a linguagem. Na revelação disto reside o mérito das proposições do "Tractatus". Elas demonstram que a linguagem dotada de sentido é a de conteúdo factual, que pode ser submetida à verificação e tem seus elementos ordenados segundo uma estrutura lógica uniforme. Elas mostram, portanto, a essência da linguagem.

O segundo capítulo inicia o estudo das "Investigações". O "Tractatus" vê na linguagem um cálculo, onde o sentido

obedece a regras semânticas e sintáticas, que legislam sobre o conteúdo e a forma do que pode ser expresso linguisticamente. As "Investigações" adotam como estratégia o retorno aos fenômenos linguísticos, para ver se estes são bem explicados pelos postulados tractarianos. Este teste é garantido pelo método não-problemático dos jogos de linguagem. Nestes, Wittgenstein encontra situações diversas de interação comunicativa, contextos de ensino e aprendizagem, onde o filósofo presta atenção ao que fazemos com as palavras e frases, aos seus usos e, assim, aprende algo sobre o seu modo de significar. Adotando como roteiro as teses do "Tractatus", e submetendo-as ao teste do método neutro dos jogos de linguagem, as "Investigações", tão preocupadas quanto o "Tractatus" com o problema do sentido, encontram um novo caminho para resolvê-lo.

No terceiro capítulo, depois de justificado o método dos jogos de linguagem, acompanhamos sua aplicação aos problemas semânticos - o significado dos nomes e predicados e, a partir daí, a concepção de linguagem. Vemos então quais são as novas respostas e como Wittgenstein chega a elas.

No quarto e último capítulo, fazemos um apanhado dos resultados obtidos, encontrando neles não só a palavra final sobre os equívocos da semântica objetualista, mas também uma nova maneira de compreender filosoficamente a linguagem, o que faz da filosofia uma atividade que é mais do que uma simples terapêutica. Ela produz uma nova maneira de compreender o que é um nome, um predicado, uma frase,

aplicar uma regra, pensar, etc.. Os esclarecimentos sobre o funcionamento da linguagem, onde os mecanismos da significação linguística são descobertos e, por conseguinte, uma nova imagem da linguagem é apresentada, também determinam um novo estatuto para a reflexão filosófica, que o capítulo final já tem condições de expor e, fazendo isso, encerrar a dissertação..

FILOSOFIA E LINGUAGEM NO "TRACTATUS"

INTRODUÇÃO: A FILOSOFIA COMO ESCLARECIMENTO

A leitura que pretendemos fazer do "Tractatus" de Wittgenstein visa elucidar as idéias de filosofia e de método de investigação filosófica presentes na obra. O roteiro para nossa investigação, julgamos encontrá-lo codificado na proposição 4.0031, que diz: **"Toda filosofia é crítica da linguagem"**; "crítica da linguagem" é a expressão que resume a tarefa do filósofo.

Quando Wittgenstein compreende a filosofia como atividade crítica, ele filia-se a uma tradição que remonta a Kant. Como sabemos, os resultados da reflexão do filósofo de Königsberg põem um interdito à razão especulativa, que não pode mais engendrar sistemas metafísicos, e a filosofia converte-se na atividade de esclarecimento das características da razão, descobrindo os justos limites para a sua atividade.

O autor do "Tractatus" retoma essa tese kantiana, mas não em uma continuidade simples. Ele reaviva a antiga oposição entre conhecimento especulativo e esclarecimento conceitual e decide-se pelo último para traduzir a finalidade do filosofar. Assim, como a de seu antecessor, sua obra consagra à filosofia uma função crítica, situando-a num plano que não o cognitivo. Cabe à filosofia examinar o pensamento, fazendo a distinção entre o discurso que pode pretender traduzir um conhecimento e aquele que quer ser

verdadeiro, quando o objeto sobre o qual se aplica insurge-se contra essa sua pretensão, até mesmo por não se constituir, muitas vezes, como autêntico objeto.

Mas, à diferença de Kant, não é preocupação de Wittgenstein formular o que seria propriamente uma teoria do conhecimento, no sentido do estabelecimento das condições para aquisição de conhecimento.¹ Kant dá as condições da experiência, fonte de todo conhecimento, e descreve o processo pelo qual seus dados passam. Nesse campo, Wittgenstein faz apenas, quando muito, uma demarcação. Ele oferece-nos uma "teoria pictórica" da significação, cujos contornos ainda veremos, mas relega à psicologia a tarefa de buscar o que relaciona os elementos do pensamento e os do fato figurado.² Ademais, as proposições elementares, em que devem ser decomponíveis todas as proposições significativas, não são indicadas, nem é indicado o modo de se chegar ao seu conteúdo. Certo é que, se o "Tractatus" nada afirma de

¹ Quanto a esse ponto, não encontramos unanimidade entre os intérpretes do "Tractatus". Stegmüller, por exemplo, no capítulo dedicado a Wittgenstein de seu livro *A Filosofia Contemporânea - Introdução Crítica*, v.1, defende expressamente a existência de uma teoria do conhecimento no "Tractatus". Numa exposição sobre o temário das sete principais teses da obra, ele afirma à página 403: "...na terceira tese é desenvolvida a passagem da ontologia para a teoria do conhecimento...".

Nossa escolha por uma interpretação contrária a essa vem justificada a seguir, no corpo do trabalho.

² Cf. Wittgenstein, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. José A. Giannotti, Companhia Editora Nacional-EDUSP, São Paulo, 1968, af.4.112. Sempre que formos nos referir ao "Tractatus", adotaremos o seguinte código: uso da letra T precedendo o número do aforismo em questão.

conclusivo, ele ao menos sugere uma forma de empirismo e verificacionismo. Mas, como bem observa B. Barbosa Fo.,

"... pode-se sustentar, segundo o T que o 'sentido de uma proposição é o método de sua verificação'. Por si só, entretanto, tal aceção nada aponta quanto ao método extra-lógico e extra-linguístico de verificação e, em particular, não diz nada sobre o papel da observação na determinação do sentido. Podemos, em princípio, 'saber o que é o caso se uma proposição for verdadeira' sem necessariamente sabê-lo através da experiência: isso requer demonstração independente. Não há filosofia da experiência no T, ainda que lá se encontre uma metafísica da experiência, i.e., uma análise transcendental das condições de possibilidade da experiência (BARBOSA Fo., 1981:21)."

Mas essa discussão não interessa muito para o nosso trabalho. Na perspectiva deste estudo, a mais significativa diferença que Wittgenstein guarda em relação a seu predecessor moderno está em que ele transforma a filosofia como crítica do pensamento em uma crítica da linguagem, ou seja, crítica do que pode ser dito com sentido, dedicada ao exame da forma lógica da proposição.

Podemos nos perguntar: porque o pensamento como linguagem? Bem, desde os gregos o *logos* é palavra. É quando encontram formulação na linguagem que os fatos do mundo tornam-se inteligíveis para nós. Destricando a linguagem nos diferentes tipos de termos e expressões nela conjugados podemos, talvez, chegar aos componentes da realidade representados por ela, e ainda a uma compreensão do modo como conduzimos nossos raciocínios, o que é decisivo para a correção destes. Além disso, se o instrumento do filósofo são as palavras, e seu objeto, os conceitos, o estudo da linguagem é, quando menos, uma propedêutica ao seu trabalho.

Mas abandonemos essas considerações genéricas e reaproximemo-nos de Wittgenstein.

O "Tractatus" interessa-se primordialmente pela determinação do estatuto próprio às proposições filosóficas. A questão que subjaz a todo o seu desenvolvimento é: são verdadeiros conceitos aqueles com os quais lidam os sistemas filosóficos? A resposta a esse problema exige que se caracterize o que pode efetivamente ser pensado. Se tudo o que pode ser pensado, pode ser expresso e com clareza, o pensamento só pode ser definido como sendo a frase significativa (T 4.115,4). Numa longa digressão que se inicia na proposição 4.111, Wittgenstein expõe sua idéia de filosofia no concernente à finalidade e método dessa disciplina. Ele diz: "A filosofia não é ciência da natureza. (A palavra filosofia deve denotar alguma coisa que está acima ou abaixo mas não ao lado das ciências naturais)." Disso já sabemos, ela não é teoria, não produz conhecimentos. Em outras palavras, a filosofia não coloca questões a respeito do mundo e daquilo que ele contém, e sim, acerca de nosso conhecimento sobre ele. Ela é pois, agora, atividade que tem por objetivo "tornar claras as proposições". O "tornar claras as proposições" equivale a promover um "esclarecimento lógico dos pensamentos" (T 4.112). Pois o que pode ser pensado é aquilo que pode ser dito com sentido, ou compreendido (T 4.114,4.115).

Mas o que afinal é pensável ou provido de sentido? O que compreendemos são estados de coisas, como as coisas se

passam ou como os objetos estão relacionados entre si. Esse arranjo não é apresentado por nada senão a proposição. O pensamento é a proposição expressa pela frase. Compreendê-lo é compreender a linguagem - totalidade das proposições. E' a investigação sobre a natureza da linguagem requer uma análise da forma das proposições, que revela a sua estrutura - combinação logicamente articulada, em que os objetos são substituídos por nomes e os fatos em que eles estão envolvidos são figurados dentro de uma similitude estrutural. Assim, o encargo da filosofia consiste em, por meio de uma análise, explicitar o que é a linguagem e quais são as suas relações com o mundo. Esta tarefa estará cumprida com a formulação do que lhe é exigido, a saber, uma teoria do sentido.

A QUESTÃO DA VERDADE E A TEORIA DO SENTIDO

A análise das condições de sentido para a qual se volta o "Tractatus", apoia-se em um postulado decisivo. A frase significativa, aquela que tem o poder de exprimir um pensamento, só o fará se possuir um sentido determinado, se for, portanto, decidível sua verdade ou falsidade. Compreender uma proposição significa compreender o que seria exigido para que ela fosse verdadeira, suas condições de verdade. Deve haver, pois, algo que torne a proposição verdadeira ou falsa, algo independente, o que nos constrange a pressupor a correspondência, a conceber a verdade como correspondência. O problema do sentido torna-se assim o da

relação entre a combinação dos signos linguísticos e a dos objetos. O aforismo 4.024 do "Tractatus" afirma:

"Compreender uma proposição é saber o que ocorre, caso ela for verdadeira. (É possível pois, compreendê-la sem saber se ela é verdadeira). Ela será compreendida caso se compreenda suas partes constituintes."

Com essa noção de verdade, conceito semântico fundamental do "Tractatus", o sentido de uma proposição deriva de ela poder ser uma representação. A proposição é dotada de sentido quando seu arranjo é tal que exprime uma situação possível no mundo real; sua verdade ou falsidade dependerá de a descrição corresponder a uma ocorrência efetiva neste mesmo mundo. A possibilidade de comparação entre a proposição e o fato é, portanto, condição de sentido; a proposição deve ser um modelo do fato. São de Wittgenstein as afirmações de que:

"Não existe uma figuração a priori verdadeira", "Não é possível reconhecer apenas pela figuração se ela é verdadeira ou falsa", "...para reconhecer se uma figuração é verdadeira ou falsa devemos compará-la com a realidade(T 2.225,2.224,2.223)."

Teríamos uma proposição a priori verdadeira quando seu valor de verdade fosse decidível sem o recurso a critérios que fossem exteriores a ela, diz o "Tractatus", e não é esse aqui o caso(T 3.041,3.05). Assim, ainda que uma proposição atenda a todas as condições formais e seja por isso mesmo significativa, nada assegura que o possível por ela descrito tenha se cumprido na realidade, exceto a verificação que retorna sobre o real mesmo.

Falávamos de uma relação figurativa existente entre o signo proposicional - a frase - e um estado de coisas -

conexão possível entre objetos. Mencionamos ainda certas "condições formais". Tais expressões evocam uma dificuldade - a verdade como correspondência exige que se assegure uma efetiva correspondência entre linguagem e realidade - só superável com um aprofundamento na teoria do sentido defendida no "Tractatus". A importância dessa teoria pode ser bem aquilatada pela seguinte observação de R. Landim: **"... é sobretudo no 'Tractatus' de Wittgenstein que o realismo conjugado com o Princípio de Correspondência novamente encontra uma formulação rigorosa..."** Este autor encontra no livro a expressão acabada, em versão contemporânea, de princípios com grande peso na tradição filosófica (LANDIM Fo., 1983:8). Também como teoria discutível, um dos principais alvos contra os quais se volta o segundo Wittgenstein em sua nova concepção de linguagem e filosofia, a teoria do sentido do "Tractatus" reivindica a nossa atenção. Os limites que o filósofo deve traçar entre o dizível e o indizível só são resolvidos com o encontro de um critério de sentido. Dentre as múltiplas funções da linguagem, o autor do "Tractatus" reserva à descritiva o primeiro plano. Sua teoria para o sentido das proposições é representacionista. Isso fica claro ao nos lembrarmos de que deve haver uma correspondência entre os objetos do pensamento e os elementos presentes na frase. Ao elegermos um objeto de pensamento, estamos identificando, na realidade, um objeto em situação. Desse complexo, a proposição deve falar, quando for significativa.

Na proposição 4.031 está dito: "É possível dizer diretamente: esta proposição representa esta ou aquela situação, em vez de esta proposição tem este ou aquele sentido." O conteúdo do enunciado significativo é descrição de um estado de coisas (T 4023). Sobre este ponto, digna de nota é a ressalva expressa no aforismo 3.221: "...uma proposição pode apenas dizer 'como' uma coisa é, mas não 'o que' é", compreendê-la é encontrar nela expressão de como algo está ou do que ocorre no caso de ela ser verdadeira (T 4.022, 4.024). Esse poder da linguagem é patenteado na esquematização que a análise revela no campo linguístico. Os elementos constitutivos da linguagem - palavras-nomes - têm a capacidade de se conjugarem de infinitos modos, nas frases, que são retrato de uma situação. Concomitantemente, teremos no campo mundano um conjunto de objetos, de que se podem predicar certos atributos e que estão em relação uns com os outros.⁹ Dentre as variadas possibilidades de combinação (estados de coisas possíveis) aquelas subsistentes configuram fatos.

Devemos inteirarmo-nos agora, que já nos certificamos do que deve constituir o conteúdo da frase, da forma que ela deve possuir para dar expressão a tal conteúdo. Ora, a frase é uma expressão complexa, cujos elementos - as palavras - devem estar articulados. Não temos nela uma mera justaposição de nomes, mas um todo estruturado, que traduz,

⁹ No af. 2.01 do T encontramos uma definição sucinta para estados de coisas. Ela diz: "O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas)".

ao nível linguístico, a complexidade que também é a do estado de coisas. Como a frase não se reduz a uma "mistura de palavras", podemos analisá-la em suas partes (T 3.141). Seus signos mais simples são os nomes, que tomam o lugar dos objetos (T 3.202, 3.22). Os nomes, escolhidos arbitrariamente, têm, pois, função denotativa. [^] Nada nos obriga a ligar a um objeto uma palavra qualquer antes de essa correlação ter sido convencionalizada. Por isso, os nomes são sempre determinados em definições ostensivas e exigem explicações para serem compreendidos (T 3.26, 3.263, 3.341, 4.026).

Temos aqui atendida uma primeira condição para ser possível à frase representar um acontecimento do mundo - a "substituição de objetos por meio de signos (T 4.0312)". Mas é preciso mais que isso; os nomes não possuem denotação, a não ser que estejam presentes em uma frase (T 3.3). O "Tractatus" afirma que uma classe de nomes não pode exprimir um sentido, que situações não podem ser nomeadas (T 3.142, 3.144). O sentido só aparece quando os nomes, cada qual representando uma coisa, conectam-se de modo a apresentar uma situação qualquer; só aparece, portanto, na frase. Se o nome atribuído ao objeto é escolhido arbitrariamente, a relação entre os elementos da frase não o é, obedece a uma "forma lógica". Essa forma, que dá a essência da proposição, que conforma suas propriedades

[^] O sentido é condicionado pela possibilidade da denotação. Diz 5.4733: "...cada proposição possível é legitimamente formada e, se não tiver sentido, isso só é possível porque não emprestamos denotação a alguma de suas partes constituintes".

internas, é a mesma que Frege encontra no interior dos juízos; ao concebê-los sob a forma de um composto onde se distinguem uma parte invariante, que exprime a totalidade da relação - a função - e uma parte que é substituível, 'o objeto em relação - o argumento. Para Wittgenstein, a proposição é função das expressões nela contidas(T 3.318); e a proposição mais simples, revelada pela análise, é função de nomes. Ele observa em 5.47 que **"Na proposição elementar já estão contidas todas as operações lógicas... Onde há composição já há argumento e função, e onde estão estes, já estão todas as constantes lógicas."**

O mesmo suporte lógico pode ser encontrado nos fatos da realidade, onde verifica-se também a precedência do contexto relacional. A coisa é sempre integrante de um estado de coisas, os nomes só ocupam um lugar na linguagem à medida em que aparecem nas proposições(T 2.011,2.012). As proposições, servindo-se de **"andaimes lógicos"**, reconstroem o mundo(T 4.023). Existe uma forma comum a todas elas, que a preenchem com conteúdos factuais distintos. Os elementos da proposição, em seu arranjo, representam as coisas estando umas em relação com as outras. A combinação destes elementos retrata a configuração das coisas no estado de coisas (T 2.15).

Debatíamo-nos com o problema de garantir a figuratividade da linguagem, cuja possibilidade deve repousar na existência de uma forma comum, estruturando simultaneamente linguagem e realidade e permitindo o intercâmbio entre ambas. A forma

lógica é a resposta para este problema (T 2.16, 2.18, 2.19, 2.2). A forma lógica, que é a essência da proposição, permite-lhe descrever o mundo porque também é a essência deste. O aforismo 5.4711 garante isso, e faz a passagem da linguagem à realidade quando afirma: "Dar a essência da proposição quer dizer dar a essência de todas as descrições, por conseguinte, a essência do mundo." Essa colocação fundamental de Wittgenstein é extensamente trabalhada no livro. A análise faz notar que, como diz 4.04, "tanto se distinguirá na proposição quanto na situação que ela representa. Ambas devem possuir a mesma multiplicidade lógica (matemática)". Mais: devido a essa correspondência entre as partes, assegurada pela lógica comum a ambas, é que a proposição pode constituir-se numa figuração da situação (T 2.151, 2.184, 4.032).

É decisivo, para compreendermos em que consiste a figuratividade da linguagem, lembrarmo-nos de que, quando compreendemos a proposição sabemos qual é a situação representada por ela, prescindindo de todo intermédio que vise conectá-las. No nível proposicional, o sentido não precisa ser explicado (T 4.02, 4.021). Perguntamos, como pode ser assim? A resposta é: a proposição mostra seu sentido apenas porque é uma figuração de um estado de coisas.²³

²³ Para uma boa compreensão da idéia de figuração, podemos recorrer ao auxílio de Stegmüller. Ele explica que a noção de figuração é inspirada na noção matemática de afiguração, que significa uma relação abstrata e complexa entre símbolos. Desse modo, a proposição figurativa não pode ser tomada em sentido naturalista, como se tivesse semelhança de conteúdo com a realidade, mas como realizando uma

Assim, desde que saibamos como cada signo designa, entendemos já as regras da sintaxe lógica (T 3.334).

Aí está, em linhas gerais, a teoria do sentido e da verdade proposta pelo "Tractatus". Há, ainda, algo a ser adicionado acerca dela. Em suas considerações sobre o mundo e a linguagem, Wittgenstein, como já pudemos ver, define o mundo como sendo a totalidade dos fatos e a linguagem como sendo o conjunto das proposições (frases) (T 1.1, 4.011). Num e noutro domínio encontramos fatos complexos, susceptíveis de sofrerem análise. O resultado último dessa análise descobre no mundo estados de coisas atômicos que são ligações de objetos atômicos e, na linguagem, as proposições elementares, que são encadeamentos de nomes, que se referem a tais objetos. Os fundamentos últimos - nomes e objetos - estão obrigados a se combinarem e sempre dentro dos limites impostos pela lógica. Assim, **"é essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas (T 2.011)"**. Ela é independente enquanto pode aparecer em todas as situações possíveis, mas esta autonomia é uma forma de conexão com o estado de coisas, uma forma de dependência (T 2.0122). Afinal, só se diz algo quando se enuncia uma frase, já vimos que o denominar ainda não diz nada.

Ao abordar o problema da verdade das proposições complexas, Wittgenstein apresenta a seguinte solução: "A

correspondência biunívoca entre elementos apenas categorialmente iguais. A diferença está em que na matemática não há como distinguir entre o que figura e o que é figurado, enquanto que entre linguagem e realidade esta distinção existe. Cf. Stegmüller, 1977, p.413-414.

proposição é uma função de verdade das proposições elementares(T 5).” O aforismo 5 do “Tractatus” e os que se seguem trabalha isso no detalhe, avançando na investigação sobre o problema da verdade. Através exclusivamente das relações entre as formas das frases, podemos realizar operações a nível inter-proposicional, tais como a inferência e a dedução. Isso abre as portas para o cálculo proposicional, que dá conta de todo raciocínio. É preciso notar, contudo, que ao concebermos uma proposição como resultado de operações, ao admitirmos a formulação de uma proposição a partir de outras, não podemos nos afastar nunca dos fundamentos de verdade que estão justamente nas proposições elementares(T 5.442,5.21,5.23). Wittgenstein alerta sobre este ponto quando observa que “a realização de uma operação não caracteriza o sentido de uma proposição(T 5.25)”; ou ainda, que “As funções de verdade não são funções materiais(T 5.44)”. Desse modo, os procedimentos formais são nada mais que avanços a partir de uma base insubstituível — as proposições elementares com sua referência imediata aos fatos mundanos.⁶ O estudo da enunciação de proposições complexas é algo que vem, mais uma vez, firmar a teoria do sentido que estivemos expondo e a teoria da verdade

⁶ As proposições elementares são mutuamente independentes, a verdade de uma não é condicionada pela verdade ou falsidade de outra. O conjunto de todas as elementares, enquanto descreve o conjunto de estados de coisas subsistentes, dá a verdade do mundo como um todo. Sobre isto, cf. T 4.26.

correlata a ela, além de justificar o método analítico do livro.⁷

ESTATUTO DA FILOSOFIA

Sabemos que a forma lógica permite à linguagem representar o mundo. Todavia, se ela possibilita isso, não pode ela mesma ser objeto de descrição. Exibida pela proposição, mostrada, não pode ser dita. Sendo a lógica sustentáculo de todo pensamento, não é possível nele um distanciamento em relação a ela. Na proposição 3.03 e seguintes, Wittgenstein argumenta sobre a impossibilidade de concebermos uma linguagem ilógica. Em 4.12 e seguintes, ele demonstra que, para representarmos a forma lógica, teríamos que sair da linguagem, por conseguinte, do mundo, colocando-nos em um ponto de vista exterior, que não existe. Ele conclui dizendo que o que pode ser mostrado não pode ser dito. Dessa forma lógica, que não está claramente visível na proposição, a não ser que esta sofra análise, é que fala a filosofia. Chegamos ao momento no qual tornamo-nos capazes de estabelecer com segurança o estatuto próprio ao discurso filosófico.

⁷ Ainda sobre esse problema, é preciso acrescentar que, quando Wittgenstein afirma a existência de "...apenas uma e uma única análise completa da proposição(T 3.25)", ele não é ingênuo, não equipara a isso o mundo. Mais de uma vez, o T lembra que se o mundo é susceptível de ter seus fatos analisados e descritos, isso não implica uma única forma de fazê-lo. O mundo pode ser dividido em fatos de diversas maneiras. Veja-se, sobre esse ponto, o exemplo do cubo no af. 5.5423 e ainda o estudo do caso dos enunciados científicos, principalmente o af. 6.341.

Dizíamos que o "Tractatus" traça os limites do dizível e, ao fazê-lo, redimensiona a atividade filosófica. Há as proposições dotadas de sentido (que podem ser verdadeiras ou falsas), as tautológicas e contraditórias (que são vazias), e as absurdas (que pretendem falar do que não pode ser dito). A lógica é toda ela feita de tautologias. Se na lógica encontramos "aquilo que todas as proposições, conforme sua natureza, possuem em comum", ela não propicia conhecimento do mundo.⁶ Em seu exame das tautologias e contradições, Wittgenstein revela que ambas são formas limites nas variações de verdade, dado que a tautologia em todas as circunstâncias é verdadeira e a contradição em nenhuma é. A elas não se aplicam condições de verdade, ou seja, não lhes cabe comparação com a realidade objetivando estabelecer sua verdade ou falsidade. O aforismo 4.463 diz:

"A tautologia deixa inteiramente à realidade o espaço lógico - infinito - a contradição preenche o espaço lógico inteiro, não deixando à realidade ponto algum. Nenhuma delas pode, por conseguinte, determinar a realidade de um modo qualquer."

Em 5.142 e 5.143 reaparece este problema, em meio a considerações marcadamente lógicas. Diz-se aí:

"a tautologia segue-se de todas as proposições: não diz nada"

e ainda,

"a contradição é algo comum às proposições e que nenhuma proposição tem em comum com outra. A tautologia é o que é comum a todas as proposições que não têm nada em comum entre si".

⁶ Ela é a sintaxe que governa formalmente a apresentação de não importa qual conteúdo.

Recuperando tudo isso, teremos que, se a tautologia deixa à realidade todo o espaço lógico, e é o que é comum a todas as proposições, a conclusão necessária é que as proposições da lógica são efetivamente tautológicas. Pois sabemos que a lógica é exatamente esse espaço que estrutura toda a linguagem e realidade, dando a sua gramática sem, contudo, definir a possibilidade por ela aberta que, entre múltiplas outras, se efetiva. A forma lógica não tem conteúdo, apenas **"mostra as propriedades (lógicas) formais da linguagem, do mundo(T 6.1,6.11,6.111)"**. Daí podermos dizer que

"As proposições lógicas descrevem os andaimes do mundo, ou melhor, os representam. Não "tratam" de nada. Pressupõem que os nomes possuem denotação e as proposições elementares, sentido. E tal é sua vinculação com o mundo(T 6.124)."

As proposições dotadas de sentido são, como já sabemos, as descritivas. A definição do sentido de uma proposição como a possibilidade que ela tem de ser reconhecida como verdadeira ou falsa, firma um critério restritivo: somente as proposições cognitivas são dotadas de sentido; elas descrevem a realidade - o mundo tal como ele é.

Por fim, temos as proposições filosóficas. A análise das proposições pelo "Tractatus" esclarece a filosofia sobre alguns de seus problemas, que acabam por se lhe revelarem como pseudo problemas. A proposição 3.323 revela isso em um contexto que merece a nossa atenção. A proposição 3.3, e algumas de suas derivadas, destaca as partes constituintes de uma proposição. Nesse estudo Wittgenstein observa uma característica da linguagem ordinária, que é o fato de,

nela, muitas vezes, um mesmo signo ter modos diferentes de significar. A desatenção para isso pode ocasionar enganos quanto ao significado próprio deste signo em determinada circunstância, dos quais a filosofia frequentemente é vítima. Outro equívoco que está na origem da filosofia clássica é a atribuição de denotação a palavras que a nada de real se referem. Por tudo isso, o aforismo 4.003 pode afirmar que **"a maioria das proposições e questões escritas sobre temas filosóficos não é falsa, mas absurda"**. Ao absurdo não escapam as proposições do "Tractatus". As propriedades internas da linguagem e da realidade - a forma lógica - são algo que se mostra e não pode ser dito, pois **"o que se exprime na linguagem não podemos expressar por meio dela(T 4.121)"**. É exatamente disso que fala indevidamente o "Tractatus". O aforismo 5.47 atenua essa interdição às teses do "Tractatus" afirmando que **"é claro que tudo o que se diz de antemão sobre a forma de todas as proposições deve ser dito de uma só vez"**. São contra-senso as proposições do "Tractatus" pois, constituindo uma metalinguagem da linguagem existente, determinam como dotados de sentido os enunciados factuais, que podem intuir adequadamente o mundo, não possuindo elas mesmas esta característica. Qual é o estatuto dessas proposições que dizem que a linguagem dotada de sentido é a que pode ser submetida à verificação? A elas, tal critério não pode ser aplicado. Ao fim do aforismo 6, Wittgenstein nota que a linguagem verificacional não pode ser fundamentada através de uma linguagem também

verificacional. É a linguagem absurda do "Tractatus" que permite a apreensão do que efetivamente é dotado de sentido. O aforismo 6.54 é eloquente:

"Minhas proposições se elucidam do seguinte modo: quem me entende, por fim as reconhecerá como absurdas, quando graças a elas - por elas - tiver escalado para além delas. (É preciso por assim dizer jogar fora a escada depois de ter subido por ela). É preciso superar essas proposições para ver o mundo corretamente."

RECAPITULAÇÃO E PASSAGEM ÀS "INVESTIGAÇÕES"

Relevados os pressupostos e resultados da análise proposicional, tentemos, de forma concisa agora, retornar aos conceitos que vieram surgindo em nossa exposição. Wittgenstein parte do complexo e chega ao mais simples.

No "Tractatus", 'pensamento' e 'proposição significativa' são sinônimos(T 4). A proposição deve ser uma figuração, uma descrição de um estado de coisas(T 4.01,4.023,4.1). Sua capacidade representativa deve-se à semelhança interna que ela guarda em relação ao fato, na medida em que ambos compartilham a mesma forma lógica(T 4.014,4.023,4.1). É preciso notar que essa forma lógica, que articula as construções linguísticas, não pode ser ela mesma objeto de representação, pois isso supõe a possibilidade de se sair da lógica para se falar dela(T 4.12). A análise de que são passíveis as proposições complexas culmina na descoberta das mais simples, as elementares, que são conexões de nomes(T 4.22,4.221). Os nomes são os símbolos mais simples, e as proposições elementares são funções de nomes(T 4.24). É a partir dos valores de verdade das proposições elementares

que, com a construção de tabelas, chega-se a uma decisão sobre o valor de verdade da complexa que as reúne(T 4.41).

A regressão aos elementos mais simples da linguagem proporciona conhecimento da estrutura básica do mundo. 'À totalidade das proposições da linguagem corresponde a totalidade dos fatos do mundo; às proposições elementares, os estados de coisas atômicos; aos nomes, os objetos simples. O mundo tem, como substância, um número determinado de objetos, que a análise pressupõe, mas aos quais ela não chega em definitivo(T 2.02,2.023). A relação entre coisas, ou entre coisas e atributos, configura um estado de coisas, que diz de uma combinação possível, de algo que pode ocorrer. O fato é o estado de coisas que efetivamente ocorre. Os estados de coisas elementares estão na origem daqueles que são complexos, daqueles em que se articulam diversos outros simples, configurando uma situação. Dentre os possíveis arranjos, os que se efetivam compõem o mundo real, e como restam inúmeras possibilidades não subsistentes, há mundos meramente possíveis. As possibilidades são ditadas pela lógica que, qual uma gramática, dá regras para a descrição do mundo, dá conta do seu funcionamento, mas guarda infinitas possibilidades de efetivação.

É previsível a chegada a objetos simples pois, como bem observa o autor do "Tractatus",

"ainda que o mundo fosse infinitamente complexo, de modo que cada fato fosse constituído por muitos estados de coisas ao infinito e cada estado de coisas composto por

muitos objetos ao infinito, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas(T 4.221).⁹

Com essa revisão, encerramos o estudo do "Tractatus" e consideramos resolvida a questão que colocávamos no início deste capítulo: como é entendida a filosofia e seu método pelo primeiro Wittgenstein? A filosofia não produz teorias, mas proporciona um esclarecimento conceitual à medida em que encontra as condições do sentido, que no "Tractatus" são dadas pela "semântica da imagem", objetualista e representacionista.

É preciso, ainda, ensaiarmos um confronto entre o Wittgenstein do "Tractatus" e o das "Investigações Filosóficas", antes de nos dedicarmos ao exame destas últimas. O certo é que as "Investigações" representam uma espécie de refutação das teorias fundamentais da primeira obra, a que se contrapõem como a algo já superado. Mas a relação entre os dois textos são bem mais complexas e merecem que as esclareçamos melhor. Assim, por exemplo, é sempre na linha da filosofia crítica que se inscreve a obra de Wittgenstein, nutrindo, permanentemente, a pretensão de solucionar os problemas da filosofia. Sabemos que a conclusão do "Tractatus" é de que eles são, via de regra, pseudo problemas, que só aparecem devido à ignorância sobre a lógica que articula a linguagem. Os limites do sentido são dados pelo logicamente possível, conhecido mediante a análise a que se submetem as proposições; um estudo,

⁹ Grifo nosso.

portanto, sobre a linguagem. Na conclusão dessa investigação está a certeza de que não pode ser enunciado numa linguagem dotada de sentido o que não seja a descrição de um fato mundano.

A problemática do "Tractatus" - o estabelecimento do estatuto da filosofia, a compreensão desta como atividade de esclarecimento da linguagem - reaparece nas "Investigações". Mas se a orientação é a mesma, seu encaminhamento difere.

Landim Fo. nota que

"O "Tractatus" distingue três níveis, abstratamente distintos, mas que se sintetizam no ato de dizer: o nível sintático, que define as condições para que um conjunto de expressões possa se tornar uma frase, isto é, uma articulação de signos; o nível semântico, que define as condições que uma frase deve satisfazer para ser um quadro, uma descrição de um estado de coisas; e finalmente o nível pragmático, que determina as condições de 'projeção' ou de uso do quadro, isto é, a sua asserção. As condições pragmáticas do "Tractatus" são apenas esboçadas, e servem simplesmente para assinalar a diferença entre a representação - a descrição de um estado de coisas - e a projeção da representação na realidade, a sua afirmação como existente ou não. Assim, as condições não só determinam a significação de uma frase, como também estabelecem os limites do dizer: o asserido é sempre o que é descrito (LANDIM Fo., 1983:9)".

Pois é justamente o nível pragmático que sobressai nas "Investigações". Segundo elas, o propósito terapêutico da filosofia só é bem sucedido quando são examinados os usos efetivos da linguagem. Pois, contrariamente ao "Tractatus" que busca regulamentar a linguagem segundo uma estrutura lógica uniforme, as "Investigações" toleram as mais diversas formas linguísticas, enquanto se cientificam de que as mesmas palavras tornam-se outras, servem a propósitos diversos, em contextos de uso diferentes. A objeção aos

pontos de vista do "Tractatus" apoia-se na ênfase posta sobre a dimensão pragmática e a função comunicativa da linguagem. Sobre isso, G. de Almeida diz:

"Na concepção tradicional, o pressuposto de que a função essencial da linguagem é expressar e representar é que determina a hipótese de que a linguagem é essencialmente uma atividade individual e subjetiva. Na argumentação crítica que Wittgenstein contrapõe a essa concepção, ao contrário, a crítica ao segundo ponto é que vem determinar o sentido total e conferir toda sua força ao primeiro ponto (ALMEIDA, 1981:25)."

As "Investigações" culminam numa recusa de toda teoria especulativa quando compreendem a linguagem como domínio das práticas humanas e, como tal, dinâmica e mutável; resistente, portanto, a um sistema geral e abrangente ao modo daquele defendido pelo "Tractatus", cujas chaves são dadas por uma teoria lógica abstrata. As palavras são "ferramentas", com usos diferenciados, e novos usos podem ser inventados. Falar é parte de uma forma de vida, é uma atividade. Com isso, o campo da linguagem é alargado, não se restringe mais ao discurso factual e abrange dimensões que se impõem pelo simples fato de se estruturarem como linguagem articulada, que não precisa mais encontrar sua legitimação em normas estranhas, trazidas de fora. É abandonada a definição unívoca de sentido, em proveito dos diversos usos da linguagem, que lembram uns aos outros, por formas também diferentes, como nas semelhanças que se verificam entre os membros de uma família. O sentido é assegurado por um conjunto de regras instituídas e praticadas pela comunidade falante. Tudo isso dá um ritmo característico às "Investigações". Elas parecem ser um texto

avesso à sistematização, às generalizações, atento às diferenças, multifacetado. Elas vêem, além do teor descritivo da frase, o sentido que o uso lhe confere, ou seja, a significação como derivada do contexto em que os elementos da linguagem - palavras e frases - aparecem. O aparecimento do sentido a partir de relações interpessoais, numa conjugação de regras linguísticas realizadas na prática das atividades linguísticas, configura diferentes "jogos de linguagem". Estudando essa noção de "jogo de linguagem" aplicada ao exame do funcionamento da linguagem, poderemos medir o alcance que a nova filosofia de Wittgenstein tem na compreensão do que é linguagem e filosofia e encontrar as razões que explicam sua nova concepção; é o que faremos a seguir.

A NOVA ÓTICA DAS "INVESTIGAÇÕES"

As primeiras linhas do Prefácio às "Investigações" fazem o inventário das matérias sobre as quais o livro versa: "o conceito de significação, de compreensão, de proposição, de lógica e outros."¹

Essa gama variada de assuntos mereceria, segundo o autor, ganhar um forma tal que "...os pensamentos devessem aí progredir de um objeto a outro numa sequência natural e sem lacunas(IF,Pref.,p.7)". É ainda o autor que afirma que esse seu propósito não se concretizou. Ele compara o produto de suas reflexões a "esboços de paisagens que nasceram nestas longas e confusas viagens", a imagens, sendo que "...inúmeras dessas imagens estavam mal desenhadas ou não eram características, sofrendo todas as falhas de um desenhista incompetente", compara-o finalmente a um "álbum" (IF,Pref.,p.7).

Tais resultados, ele atribui sobretudo à natureza da investigação que, em suas palavras, "...obriga-nos a explorar um vasto domínio do pensamento em todas as direções"; disso decorreu que "os mesmos pontos, ou quase os mesmos, foram abordados incessantemente por caminhos diferentes, sugerindo sempre novas imagens"(IF,Pref.,p.7).

Diante dessas colocações preliminares de Wittgenstein, perguntamos: é verdadeiramente correta a descrição da obra

¹ Toda referência às "Investigações" obedecerá o seguinte código: uso das letras IF mais o número do parágrafo quando se tratar da tradução brasileira e das letras PI quando estiver sendo usada a tradução inglesa.

dada pelo seu autor? Se for, como exatamente a natureza do conteúdo influi na forma? Em que sentido, afinal, essa discussão importa para os fins de nosso estudo? Respondendo estas três perguntas demarcaremos as diretrizes para a sequência desse nosso trabalho.

Para responder a primeira questão, temos que inicialmente concordar com Wittgenstein quando ele discrimina os numerosos objetos de estudo de seu livro. Para que este, em sua extensão relativamente reduzida, dê conta de tantos objetos, é preciso, no mínimo, que as matérias se solicitem umas às outras, num encadeamento que deve ter sua sistematicidade peculiar e razões precisas. É essa sistematicidade que acreditamos poder encontrar nas "Investigações", apesar das reiteradas afirmações em contrário do próprio Wittgenstein. No que nos interessa particularmente - a idéia de filosofia e de linguagem - Wittgenstein forja uma teoria (se nos é permitido usar aqui tal termo), a que não falta consistência, como ainda demonstraremos.

Podemos distinguir nas "Investigações" um conjunto de conceitos originais e interrelacionados, tais como os de "uso", "forma de vida", "jogo de linguagem", "semelhança de família", que vêm esclarecer problemas consagrados como os de "sentido", "significação", "competência linguística", lançando novas luzes sobre os processos de ensino, compreensão, emprego e outros, todos envolvidos na prática da linguagem.

Afirmar que as "Investigações" obedecem a uma ordem sistemática, equivale a dizer que uma ordem de razões preside as questões que vão sendo levantadas e respondidas no seu desenvolvimento. Vejamos quais seriam essas questões: Como as palavras adquirem significado? Quando e como as frases têm sentido? Qual é o alcance das regras? São problemas de base, como estes, que, ao receberem solução, instituem uma certa concepção de linguagem, onde é caracterizada a natureza deste fenômeno, seus fundamentos, suas relações com a realidade e o pensamento. Com e depois desse esclarecimento podemos, particularmente se trabalhamos com o texto de Wittgenstein, chegar à definição do estatuto próprio à filosofia, pois se à filosofia cabe determinar as condições exigidas para um discurso sensato, ela precisará antes compreender o que é a linguagem - uma questão conduz à outra. E mais, dependendo da teoria semântica a que chegar, a filosofia vai se propor tarefas específicas (no caso do "Tractatus", por exemplo, a visão da essência da linguagem é pretensão legítima da filosofia; para uma filosofia segundo a qual a linguagem ordinária não atende às condições semânticas básicas, uma pretensão normativa também seria legítima). Desse modo, ordenação e sistematização são palavras-chave para quem quiser compreender as IF. O livro tem uma ordem de questões que se explica pela sua intenção de trazer clareza acerca do problema do sentido, o que o leva a conclusões compreensivas e gerais sobre linguagem e filosofia. Nada ali é aleatório. Wittgenstein cumpre um

programa preciso, que só não é percebido por aqueles que não se dão conta de que os exemplos, os casos arbitrariamente escolhidos, são assim apresentados apenas porque não são os únicos válidos - outros poderiam servir aos mesmos fins. Contudo, uma vez examinado um caso, ele serve a um programa rigoroso de esclarecimento conceitual. O jogo da compra de maçãs do par.1 poderia ter sido outro (o do construtor do par.2 poderia perfeitamente ter sido estudado, naquele contexto, com os mesmos resultados). Mas uma vez proposto, cada um deles é objeto de um estudo que não é inocente e desinteressado e que coloca questões fundamentais, como o tema do sentido. O primeiro contato com o texto de Wittgenstein pode levar, e frequentemente leva, a um estado de confusão e perplexidade provocado pela riqueza de casos aparentemente tão banais, de que o livro está cheio. Os próprios alunos de Wittgenstein testemunham isso:

"Ele usava a linguagem cotidiana. E não havia nenhuma sugestão de misticismo, nenhuma referência ao indizível. O que era enigmático era seu uso de exemplos pitorescos, facilmente compreensíveis neles mesmos, mas cujo propósito fugia à compreensão (AMBROSE, 1973:15)."

Mas se há organicidade, e não somos os primeiros a defendê-la, ela tem, no livro em questão, um caráter específico, e aqui não podemos subestimar a explicação que Wittgenstein dá para este, como decorrente da própria natureza da investigação empreendida.²

² Strawson, quando da apresentação de seu artigo "Review of Wittgenstein's Philosophical Investigations", in: Pitcher, George. Wittgenstein: the Philosophical Investigations, afirma ser sua intenção expor as opiniões de Wittgenstein nos tópicos que se destacam nas "Investigações". Mesmo

Que forma peculiar é esta? O que tem de peculiar a investigação mesma? É aqui que entramos na atmosfera própria às "Investigações", pois chegaremos ao seu método, que a um só tempo garante sua sistematicidade e a oculta para o leitor desavisado.

"Há quatro anos, porém, tive a oportunidade de reler meu primeiro livro (o *Tractatus Logico-Philosophicus*) e de esclarecer meus pensamentos. De súbito, pareceu-me dever publicar juntos aqueles velhos pensamentos e os novos, pois estes apenas poderiam ser compreendidos por sua oposição ao meu velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo. Com efeito, desde que há dezesseis anos comecei novamente a me ocupar de filosofia, tive de reconhecer os graves erros que publicara naquele primeiro livro (IF, Pref., p.8)."

Assim advertido pelo autor, quem inicia a leitura das "Investigações" terá no primeiro parágrafo um desapontamento que logo se desfará. Contrariamente ao que se espera, é uma

reconhecendo no livro obstáculos de ordem estilística e estrutural, desaconselha que se superestimem tais dificuldades. Ainda a esse respeito, Baker & Hacker, no *Wittgenstein - Understanding and Meaning: an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, admitem nas "Investigações" uma parte mais caracteristicamente construtiva a partir do par.65. Eles contestam uma divisão estrita do livro em duas partes distintas, a destrutiva indo até o par.65, a construtiva, depois deste parágrafo. Notam que a primeira parte traz algo de positivo quanto à definição ostensiva e ao uso de modelos, e que a segunda, ao introduzir a noção de "semelhança de família", realiza também um propósito crítico em relação ao preconceito agostiniano de tomar a **Merkmal Definition** como forma superior de explicar conceitos e é crítica também quando se opõe, até o par.142, aos preconceitos filosóficos. Contudo, ao concluírem que a parte negativa se estende para além do par.65, e que a parte construtiva que se segue não pode ser exagerada, esses autores não recusam a idéia de que o livro, mesmo tendo na crítica seu motor, chega a conclusões de caráter positivo.

É interessante notar que tanto Strawson, quanto Baker & Hacker, atribuem a forma inusitada das "Investigações" à concepção que Wittgenstein tem de "compreensão", ou seja, o primeiro a faz devedora do caráter específico da compreensão filosófica e os últimos, das relações entre compreensão e habilidade para dar definições.

citação de Santo Agostinho, e não do "Tractatus" (suposto alvo principal), que inicia o parágrafo. Imediatamente após fazer a transcrição de um trecho das "Confissões", Wittgenstein, poupando trabalho ao leitor e, ao mesmo tempo, adiantando suas preocupações, assinala as principais teses nele contidas. Ele diz:

"Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos - frases são ligações de tais denominações(IF,1)."

Se retornarmos à matéria do capítulo anterior, veremos que a concepção de linguagem agora atribuída a Agostinho coincide com aquela do autor do "Tractatus", que faz a linguagem equivaler a um cálculo onde a determinação do sentido se faz mediante a aplicação de regras, semânticas - na atribuição de significado aos nomes - e sintáticas - legislando sobre as combinações entre esses nomes. No corpo das "Investigações" encontramos referências explícitas a alguns aforismos do "Tractatus", como por exemplo no parágrafo 114 que coloca o problema da forma geral da proposição; mas são poucas. Isso não significa, porém, que os conteúdos desse livro não sejam cuidadosamente avaliados e criticados nas "Investigações" e, com eles, toda uma tradição cujo protótipo é representado por Agostinho. Sobre o recurso à teoria de Agostinho, Baker e Hacker observam que ela é como:

"...um paradigma em torno do qual teorias gravitam: como a contraparte filosófica de um paradigma científico (no sentido de Kuhn). Ela estabelece o clima intelectual do qual procede todo um estilo de investigação acerca da significação. Ela motiva e dirige a investigação,

influenciando o que é percebido como problemas que exigem explicação, e o que pode ser tomado como . como solução satisfatória para eles. Evitando tomá-la, precipitadamente, por anacrônica, poderíamos descrever a imagem da linguagem de Agostinho, segundo o ponto de vista de Wittgenstein, como um paradigma subjacente à maior parte das investigações sobre a significação. Criticando-a a partir de diversos ângulos, ele pretendeu efetuar uma "revolução científica" em filosofia, quebrar as cadeias de um paradigma que atormenta as nossas investigações sobre a significação (BAKER & HACKER, 1980: 46-47)."

Que imagem é essa da linguagem proposta no quadro agostiniano? Ela, antes de tudo, oferece uma solução de simplicidade que é, por isso mesmo, sedutora: o fundamento são as palavras, que devem ser nomes, cujo significado está, portanto, nos objetos por elas representados. O que conecta o nome ao objeto, conferindo significado àquele e instruindo a comunidade falante sobre este significado, são as definições ostensivas. Sendo as frases combinações de nomes, segundo regras lógicas, elas têm o poder de apresentar objetos em situação, cabendo-lhes portanto a função de descrever possíveis fatos da realidade. Essa estrutura se desvenda ao longo de procedimentos analíticos que, partindo das frases complexas, passam pelas simples que se articulam naquelas e chegam aos nomes que se combinam nessas.³ Uma tal imagem pode incorporar como relevantes ou não, elementos de ordem psicológica que dêem conta da associação promovida entre os elementos da linguagem e os da realidade,

³ Certamente que não se espera de Agostinho a sofisticação que se vê quando da recorrência a complexos procedimentos analíticos. Importa apenas sublinhar que esses requintes são, em sua origem, devedores da Bild paradigmática exemplificada por ele.

compreendendo-a como resultado de uma **intenção** e correlacionando os conteúdos expressos pelas proposições da linguagem a experiências características em cujos representantes mentais residem os significados.

Esteja a ênfase sobre a lógica ou sobre a psicologia, e sabemos, no "Tractatus" ela está toda sobre a lógica, a solução não satisfaz o segundo Wittgenstein, que recusa uma adesão inicial a ambas correntes interpretativas. Essa recusa, porém, não constitui um dogma que se contrapõe aos outros. É verdade que desde as dificuldades com as proposições sobre as cores, Wittgenstein começa a duvidar se é sustentável a suposição de que as proposições elementares são independentes umas das outras. Tais suspeitas, se confirmadas, desqualificam a semântica do "Tractatus", toda ela baseada nesta suposição. Elas é que trazem Wittgenstein de volta à filosofia, e o induzem a buscar um método tal que lhe permita um exame do problema da significação que seja isento de pressupostos e permita o teste das teses do "Tractatus". Este método aplicado àquelas teses é que garantirá ordenamento e sistematicidade às "Investigações".

São de Wittgenstein as palavras: **"Comandar, perguntar, contar, tagarciar pertencem à história da nossa natureza assim como andar, comer, beber, jogar (IF,25)."** Elas podem ser tomadas como a conclusão do trabalho das "Investigações", na medida em que comunicam uma concepção de linguagem onde esta aparece como atividade entre outras humanas e ainda como atividade inscrita na história do

gênero humano. Esta nova concepção, ao mesmo tempo em que dota a linguagem de um dinamismo novo (pois torna concebível a mudança das formas linguísticas), incorpora essa prática a outras, emancipando-a de seu isolamento. É nosso objetivo demonstrar em que sentido essa tese rompe com um "paradigma", inaugurando outro; em outras palavras, onde, exatamente, reside a sua novidade. Quanto a isso, o primeiro ponto a enfatizar é que Wittgenstein não chega a essa formulação senão depois de percorrido um caminho; ela não é começo, mas resultado. Se é resultado, temos que nos reconduzir ao princípio, e este é crítico.

Apenas porque se inicia com postulados dogmáticos, não problematizados, é que a concepção tradicional sobre a linguagem não é aceita incondicionalmente desde o início das "Investigações". Ela já parte de uma firme convicção na existência de uma "essência" da linguagem, da crença de que a análise constitui o modo próprio de interpelar o fenômeno linguístico, da suposição de uma isomorfia entre linguagem e realidade. É à adesão a estes postulados, sem um exame prévio deles, que o último Wittgenstein faz restrições. Numa radicalização de sua vocação crítica, que já fora exercitada no "Tractatus" quando da definição dos limites da atividade filosófica e da colocação de fronteiras ao que Wittgenstein, naquele momento, julgava poder ser considerado um discurso significativo, agora o que ela fará é uma avaliação crítica do próprio "Tractatus" em toda a sua extensão. Contra o dogmatismo, a arma só pode ser o retorno aos fenômenos, numa

tentativa de verificar se estes são satisfatoriamente explicados pelo dogma. Aqui, ao caracterizarmos o método original das "Investigações", reuniremos elementos para responder as duas últimas questões que colocávamos no início, a saber: como a natureza do conteúdo influi na forma do livro? e ainda: por quê isso nos interessa?

Como o leitor se recorda, afirmávamos acima que, embora não destituídas de coerência, as "Investigações" não obedeciam a uma ordem convencional, o que preferimos não considerar como sendo apenas um capricho de seu autor. Sobre esta questão, G. de Almeida afirma:

"Se Wittgenstein compôs seu livro à maneira de um "álbum" (prefácio) a falta de sentido para o todo ou para o essencial, que o leitor habituado a outros estilos de pensamento filosófico poderia ressentir, não é nem um defeito de organização nem o resultado perverso da exasperação do poder de análise. Ela é antes resultado de uma completa desilusão ou desmistificação do ideal filosófico da análise conceitual, ou melhor, da idéia de que a análise conceitual conduz ao discernimento de algo como a "essência", ou o "fundamento", ou a "estrutura" das coisas.(par.18) (ALMEIDA,1981:11)."

Mais adiante, ele acrescenta:

"Essa dupla ilusão (a saber, a pressuposição de uma realidade essencial subjacente aos fatos e a pressuposição de que essa realidade se encontra retratada na linguagem) é gerada por problemas derivados de uma má compreensão da 'Gramática' de nossa linguagem, de equívocos concernentes ao uso de palavras (e que são) provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em domínios diferentes de nossa linguagem(par.90)(ALMEIDA,1981:12)."

Está aí exposto, em breves linhas, o programa das "Investigações": para escapar à ilusão e à sedução de esquemas simplificadores, mas idealistas, é necessário um

retorno às formas efetivas da expressão linguística, pois é no desconhecimento delas que reside a fonte de todo engano.

Wittgenstein constata que

"...o que nos confunde é a uniformidade na aparência das palavras, quando elas nos são ditas, ou quando com elas nos defrontamos na escrita e na imprensa. Pois seu emprego não nos é tão claro. E especialmente não o é quando filosofamos(IF,11)."

Em face disso sugere-se

"...o conceito geral da significação das palavras envolve o funcionamento da linguagem como uma bruma que torna impossível a visão clara...dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas do seu emprego, nos quais pode-se abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras(IF,5)."

A frase-programa "Não pergunte pelo significado, pergunte pelo uso" resume a orientação das "Investigações". Desprovido de preconceitos de qualquer ordem, Wittgenstein se propõe a aprender da própria linguagem as características desta atividade, e o fará mediante a observação dos usos a que seus elementos servem. Assim, no que denominaremos a "nova estratégia" das "Investigações", a noção de uso adquire particular relevância. A expressão "uso" aparece no começo do livro traduzindo a orientação que o estudo tomará e perpassa toda a obra como argumento infalível contra possíveis inclinações especulativas. Sofre ainda uma conversão na proporção em que, de estratégia que visa esclarecer o funcionamento próprio à linguagem, torna-se o meio mesmo de onde se originam e justificam as significações ou, pelo menos, um elemento importante no campo semântico. Todo esse poder vem do seguinte: quando Wittgenstein passa a

perguntar pelo uso a fim de explicar o significado, ele encontra um ponto de vista anterior a qualquer tomada de posição teórica sobre a natureza do significado de uma expressão linguística. Qualquer que seja a idéia que se tenha de significado, é certo que aquilo que é o significado é dito quando se explica a maneira de usar uma expressão. Se tenho para mim que as expressões designam objetos, direi que elas são usadas para designá-los; se entendo que elas designam representações mentais, direi que é para isto que elas são usadas. Assim é encontrado um ponto de partida não problemático e pré-filosófico.

Seguro de que o retorno ao uso das expressões na linguagem, e ao uso da linguagem como atividade, neutraliza todas as fontes de ilusão - e sabemos que a crítica das ilusões é o móvel que condiciona seu filosofar - Wittgenstein opera uma inversão na equação clássica, segundo a qual o significado antecedia e delimitava o uso. Agora, é ao uso que ele vai, quando busca o significado. A palavra "uso" aqui significa tanto a "utilização efetiva" ou emprego, quanto o "uso estabelecido, codificado, a norma linguística" (cf. BOUVERESSE, 1971:338-339). A pergunta pelo uso é de caráter nitidamente metodológico e traduz a intenção do filósofo em descrever o funcionamento da linguagem. Wittgenstein sabe que conhecer o significado de uma palavra é o mesmo que saber qual é a função dela, para que ela serve. Há portanto uma íntima relação entre o significado e o uso normal de um termo. E a compreensão que

se tenha de um termo qualquer é algo que se torna patente nas explicações que se é capaz de dar sobre seu uso, seu emprego, sua função. Quando dou uma explicação, digo o que e como compreendo, e faço isso compreendido (cf. TUGENDHAT, 1982:142). Assim, para se apropriar do uso e descobrir o modo de significação das expressões linguísticas, ele precisa observar como são dadas e ouvidas as explicações. O uso e o significado não são coisas abstratas e escondidas, estão, ao contrário, sempre à mostra em cada uma das ocasiões em que se dá interação linguística, particularmente nas situações de ensino, onde são enunciados explicitamente. Voltando sua atenção para estas situações, Wittgenstein encontra um método universal - aplicável a todo tipo de expressão - que lhe garante as condições para atingir clareza sobre o fenômeno da significação, porque nada afirma ou pressupõe de antemão. Ele conduz o filósofo de volta aos contextos comunicacionais pré-filosóficos, de onde lhe pode vir o material para suas conclusões, que são abrangentes, uma vez que se referem ao sentido em geral. Nesse momento, a noção de uso alia-se outra, correlata, a de **"jogo de linguagem"**, que também evolui ao curso da obra e surge como demarcação metodológica.

Vamos esclarecer isso. O móvel de Wittgenstein que é, na perspectiva dele, o de toda filosofia, é a questão da significação. A resposta tradicional, que tem no "Tractatus" um poderoso representante, nós já conhecemos:

"Os signos simples empregados nas proposições são chamados nomes"... "O nome denota o objeto. O objeto é

sua denotação"... "Na proposição o nome substitui o objeto"... "A configuração dos signos simples no signo proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação"... "Existe apenas uma e uma única análise completa da proposição"... "A proposição exprime o que é expresso de um modo determinado e dado claramente: A proposição é articulada"... "A possibilidade de todos esses símiles, a figuratividade inteira de nosso modo de expressão, se apoia na lógica da afiguração (T,3.202,3.203,3.22,3.21,3.25,3.251,4.015)."

O problema da significação anima também o segundo Wittgenstein. Percorrendo as obras desse período, de que as "Investigações" são a formulação mais madura, vemos a pergunta se repetindo com insistência, e respostas que já prenunciam a novidade. Não é por acaso que a primeira frase do "Livro Azul" é esta: "O que é o significado de uma palavra?". Ainda a primeira página traz esse esclarecimento:

"Ataquemos esta questão perguntando antes o que é uma explicação do significado de uma palavra... O perguntar em primeiro lugar 'O que é uma explicação de significado?' tem duas vantagens. Em certo sentido 'traz de volta à terra' a questão 'o que é significado?'. Pois, sem dúvida, para se compreender o significado de 'significado' é necessário se compreender também o significado de 'explicação de significado'. Em poucas palavras: 'perguntemos o que é a explicação de significado, pois o que ela explicar será o significado'. O estudo da gramática da expressão 'explicação de significado' ensinará algo sobre a gramática da palavra 'significado' e protegerá contra a tentação de se buscar algum objeto a que se poderia chamar 'o significado'."

O parágrafo 560 das "Investigações" diz o mesmo:

"O significado de uma palavra é o que explica a explicação do significado, quer dizer, se você quer compreender o uso da palavra 'significado' veja então o que chamamos explicação do significado."

Isso, como notávamos, nos reconduz às práticas linguísticas, pois é nelas que são dadas explicações. E, instalando-nos nelas, nos precavemos contra a sedução da essência, do oculto, do profundo. Explicações são feitas às claras e das

mais diversas maneiras, cada qual mais ou menos adequada ao objeto em questão. Elas nos dão as regras que governam o uso das expressões, que elas ensinam a empregar. Mais ainda, não há como aprioristicamente decidir sobre o valor de uma explicação; sobre se ela é bem ou mal sucedida, apenas o contexto de ensino e aplicação dirão. O retorno ao contexto da prática da linguagem afasta quaisquer idéias pré-concebidas que possamos ter. Ele não nos obriga a aderir antecipadamente nem ao logicismo, com sua redução da linguagem a um cálculo, nem ao psicologismo, que atribui a significação a um processo mental, indizível. O contexto é claro, é acordo explícito entre sujeitos, onde as regras são definidas por processos intra-linguísticos que não dispensam a participação e atuação destes.

Enquanto interessa a Wittgenstein, não propriamente a gênese dos significados, mas seu ensino, aprendizagem, compreensão, ou a caracterização do que se entende por competência linguística, ele buscará, como se sabe, as respostas no retorno ao uso, e só poderá se apropriar teoricamente desse uso através de um recurso metodológico e argumentativo expresso pelo termo "jogo de linguagem". Em que consistem os jogos de linguagem? Em situações linguísticas cotidianas imaginadas pelo filósofo que, ensaiando variações sobre elas, pode obter um esclarecimento sobre a linguagem e os processos nela envolvidos. O uso leva às explicações, que levam aos jogos de linguagem. Pois a compreensão do significado inclui a participação em um jogo,

onde são dados os critérios de emprego correto, as razões para aceitá-los e tudo o mais que seja necessário para o entendimento mútuo.

No livro, a primeira menção a jogo acontece no parágrafo três e, no parágrafo sete a expressão jogo de linguagem é cunhada. Com ambos parágrafos, tomamos conhecimento de que a linguagem pode, com proveito para o estudo, ser analogicamente comparada aos sistemas de jogos, e de que a proposta dos jogos de linguagem nos descortina os processos da atividade linguística, dado que esta procede ao modo de um jogo. A inspiração para a escolha deste recurso, Wittgenstein revela ter encontrado nos jogos infantis. Nesse sentido, ele afirma:

"Podemos imaginar que todo o processo do uso das palavras em (2) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de 'jogos de linguagem', e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem. E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense nos vários usos das palavras ao se brincar de roda(IF,7)."

Vejamos então como as IF propõem e utilizam os jogos de linguagem. A partir de uma citação de Santo Agostinho, é levantada uma série de questões, e preparado o embate com as respostas que a tradição dá a elas. Baker e Hacker enumeram esses problemas:

"A parte A engloba os parágrafos entre o 1 e o 7. Ela introduz a imagem agostiniana da linguagem e, em rápida sucessão levanta uma série de problemas: (i) significado das palavras; (ii) distinção entre palavra e frase; (iii) diversidade de tipos de palavras; (iv) diferentes métodos de explicar o significado de uma palavra (e seu suporte em diferenças de tipo lógico entre palavras); (v) a natureza da compreensão e a relação entre o significado

de uma expressão e os critérios para compreender tal expressão (BAKER & HACKER, 1980:29)."

As soluções tradicionais Wittgenstein opõe uma série de situações hipotéticas que as desautorizam ou, nesse começo do livro, pelo menos as problematizam, revelando outras perspectivas de abordagem. Assim, já nos dois primeiros parágrafos são descritos dois jogos. Aquele da "compra das maçãs" e o do "construtor". O primeiro evidencia a presença de muitos tipos de palavras na linguagem, e faz essas diferenças se deverem às várias atividades em que tais palavras são empregadas. Podemos encontrar aqui um primeiro indício de que não é tranquila a redução de todas as palavras a nomes. Mas o fator do "jogo das maçãs" mais significativo para as nossas presentes preocupações é outro. Feita a compra, pode-se perguntar:

"Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra 'vermelho', e o que vai fazer com a palavra 'cinco'? - Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim - Mas qual é a significação da palavra cinco? - De tal significação nada foi falado aqui; apenas de como a palavra 'cinco' é usada (IF, 1)."

Com essas palavras, Wittgenstein torna bem explícita sua intenção de não se deixar levar por especulações abstratas em torno de algum "o significado", atendo-se deliberada e exclusivamente aos usos; e espera aprender alguma coisa com eles. Ele também nota aqui que as explicações dadas dentro do jogo bastam para a compreensão do significado, e a consequência disso é que não é preciso sair do jogo para obter os esclarecimentos desejados (as explicações têm em algum lugar um fim).

O jogo do construtor (par.2) que pede a seu ajudante diferentes tipos de pedras de construção, envolve o ensino ostensivo das palavras como parte importante de sua aprendizagem; nele, é preciso associar palavras a objetos por elas nomeados. Mas a ostensão sozinha não é suficiente para a competência. O ajudante demonstra compreender a ordem quando não apenas identifica os objetos mencionados, como também atende ao pedido do construtor e os entrega a ele (IF,6). Ao nível frasal, portanto, saber o que as palavras designam também ainda não é suficiente para garantir a compreensão. É preciso haver um entendimento recíproco para que as frases façam sentido. O campo da linguagem, com esta primeira aproximação de Wittgenstein, já se revela como sendo algo mais vasto do que a visão simplificadora agostiniana supunha. A esse respeito, Wittgenstein nota:

"Santo Agostinho descreve, podemos dizer, um sistema de comunicação; só que esse sistema não é tudo aquilo que chamamos de linguagem. E isso deve ser dito em muitos casos em que se levanta a questão: 'Essa apresentação é útil ou não?'. A resposta é, então: 'Sim, é útil; mas apenas para esse domínio estritamente delimitado, não para o todo que você pretendia apresentar(IF,3)."

Com a multiplicidade dos jogos de linguagem fica evidente a multidivisão do campo linguístico. Mas, por enquanto, isso não significa mais do que prudência contra uma tentativa precipitada de unificação e generalização dentro desse campo. Os primeiros sete parágrafos das "Investigações" servem apenas para apresentar e justificar o método que será seguido, também para apresentar algumas das questões a que

ele será aplicado. Wittgenstein afirma sucintamente, no par.130, o que espera dos jogos:

"Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, - como que primeiras aproximações sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que, através de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luzes sobre as relações de nossa linguagem".

As palavras deste parágrafo, dão o resumo do programa das "Investigações". Wittgenstein aponta como um dos objetivos de seu livro o de corrigir os erros que haviam sido cometidos no "Tractatus", o que já tivemos ocasião de observar. Para isso, é indispensável a retomada crítica dos temas lá abordados. Mas a sequência destes temas possibilita mais do que a mera crítica ao "Tractatus", pois esclarece o filósofo sobre questões semânticas básicas.

Com efeito, se a filosofia não é teoria ou, dito de outro modo, não resulta num conjunto articulado de conhecimentos sobre um objeto que lhe seja próprio, nem por isso ela deixa de ser sistemática. As questões das IF são obrigatórias para todo aquele que vier a se preocupar, numa perspectiva filosófica, com o domínio da significação linguística. Seu poder destrutivo é inegável, mas não exclusivo.

Ao final do primeiro capítulo deste trabalho, adiantávamos que as "Investigações" desacreditam o ideal tractatiano de uma regulamentação sobre a linguagem segundo uma estrutura lógica uniforme e que isso as preserva da especulação com fim em um sistema geral e abrangente. Em sua atenção dirigida às diferenças, aos fenômenos linguísticos

particulares, as obras da segunda fase de Wittgenstein partilham uma atitude comum. Mas, vale lembrar que, segundo R. Rhees, no prefácio à edição inglesa dos "Os Livros Azul e Marron", elas também guardam, umas em relação às outras, certas diferenças bastante significativas. Ele observa que o que no "Livro Azul" é chamado 'jogo de linguagem', equivale a uma notação apenas (RHEES, 1984:iv). No "Livro Marron", embora os jogos de linguagem já sejam chamados "sistemas de comunicação",

"...a exposição dos diferentes jogos de linguagem não é diretamente uma discussão de problemas filosóficos particulares, mesmo que tenha a finalidade de lançar luzes sobre eles. Lança luzes especialmente sobre diversos aspectos da linguagem - aspectos para os quais estamos cegados, muitas vezes, precisamente pelas tendências que encontram sua expressão mais aguda nos problemas da filosofia (RHEES, 1984:vii-viii)."

Somente nas "Investigações" os jogos de linguagem "...são estádios de uma discussão que conduz à 'magna questão' do que é a linguagem...", pois é nelas que Wittgenstein se ocupa da

"...concepção filosófica de significado que encontramos em Santo Agostinho, e mostra que ela é expressão de uma tendência que se manifesta com toda clareza na teoria dos nomes logicamente próprios...é esta tendência que nos leva a falar sobre a natureza última ou sobre a gramática logicamente correta (RHEES, 1984:ix)."

Há um progresso. De acordo com Rhees, no "Livro Azul", Wittgenstein não "...encontra a fonte da metafísica em nada especialmente vinculado com a linguagem"; na discussão sobre o modo tradicional de conceber o significado das palavras, o "Livro Marron" não chega a revelar a tendência que se oculta

sob este modo de considerar as palavras e que ocasiona tantos problemas em filosofia (RHEES, 1984: xi-x).

Apenas as "Investigações", a um só tempo, dão explicações sobre porque sempre se buscou na linguagem aquela inteligibilidade e unidade tão bem caracterizada no atomismo lógico, e usam dos jogos de linguagem, que desmistificam aquela tendência, para também mostrar o que vem a ser um problema filosófico. Elas mostram também que os jogos, com todas as suas diferenças, são todos eles linguagem. É aí que se anuncia o aspecto positivo do livro. As "Investigações" procuram resposta para a questão: "O que é que faz de algo uma linguagem?" (RHEES, 1984: ix). A outra face da crítica está no fazer ver as articulações e conexões presentes no campo linguístico (aquilo que a crítica nos ensina sobre a linguagem constitui seu momento positivo). A descrição dos usos, e aqui recorreremos novamente a G. de Almeida,

"...mostra as conexões, as articulações presentes no campo linguístico. A ordem que ela proporciona é a ordem das diferenças, traduzida no conceito de 'semelhança de família' (ALMEIDA, 1981: 39)."

Ainda,

"Perguntemos de novo então: o que afinal uma palavra nos dá a conhecer quando designamos através dela uma multiplicidade de objetos distintos? Se afastarmos a hipótese de uma essência ideal, ao mesmo tempo distinta dos objetos particulares e ao mesmo tempo partilhada por eles, não nos restará então como significados das palavras apenas a decisão arbitrária (que pode ser do indivíduo ou de uma coletividade), de reunir sob um mesmo título uma multiplicidade de objetos diversos? Se fosse assim, está claro que a designação dos usos linguísticos como outra forma de 'jogo' não teria nenhum valor cognitivo, e este conceito, como de resto todos os conceitos classificatórios teriam um valor puramente convencional. No entanto, acreditamos que chamar os usos linguísticos de 'jogo' nos ensina algo sobre a natureza

deles e sobre a maneira como as palavras significam (ALMEIDA, 1981:39)."

Agora,

"...o conceito abstraído não é tomado como a representação de uma essência ideal (de um traço universal presente em todos os objetos que podem ser comparados entre si), mas como uma operação, a manipulação simbólica de um domínio de objetos que tem por resultado mostrar como um objeto se comporta. Assim, comparando o jogo de amarelinha à ciranda eu aprendo alguma coisa sobre a ciranda...e comparando todos esses objetos e mais outros entre si eu aprendo alguma coisa sobre os jogos em geral. Mas o que eu aprendo é um jogo de semelhanças e diferenças, uma maneira de articular uma diversidade de jogos e não uma maneira de reduzi-los a algo de distinto deles (como no pensamento especulativo o múltiplo ao uno, o empírico ao ideal, a aparência à essência) (ALMEIDA, 1981:40)."

Essa é uma aprendizagem fundamentada através do desenvolvimento das IF. Elas são um texto onde a sistematicidade e a generalidade têm uma forma peculiar de existência, devida ao método dos jogos de linguagem. Na pergunta sobre o sentido, seguindo o método, elas discutem: Qual é e como se explica o significado de um nome? Qual é e como se explica o significado de um predicado? Qual é e como se explica o sentido de uma frase?

Já podemos relacionar forma, metodologia e conteúdo das IF. Sabemos agora que os casos particulares de emprego das expressões, apesar de escolhidos ao acaso, servem a propósitos bem determinados e visam, no seu conjunto, objetivos gerais, tanto do ponto de vista linguístico, quanto do filosófico. Considerando já justificado o método das IF, conhecido seu alcance, e explicitadas as questões às quais ele é aplicado, podemos partir para um novo capítulo,

onde veremos os desdobramentos do livro, com os esclarecimentos a que ele chega.

LINGUAGEM NAS "INVESTIGAÇÕES"

INTRODUÇÃO

O par.23 das "Investigações" inicia-se com uma indagação e termina com a delimitação de um projeto de trabalho. Ele diz:

"Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando talvez? - Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos "signo", "palavras", "frases". E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos...é interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem."¹

São as respostas dadas a estas questões que é preciso agora encontrar no livro. Já é portanto tempo de vermos como o método linguístico de Wittgenstein (representado pelos jogos de linguagem) pode levar a termo uma investigação gramatical onde os mecanismos da significação são trazidos à luz, permitindo a elaboração de uma semântica filosófica.

Mediante a aplicação do método neutro, interessado nas explicações sobre o uso de uma expressão, feitas no contexto de um jogo de linguagem, é possível a Wittgenstein o esclarecimento sistemático (porque geral e compreensivo) do problema da significação (o que é o significado de uma expressão? como ela chega a significar algo?).

O roteiro é dado pelo "Tractatus": são objeto das investigações as unidades mínimas de sentido - as frases - e

¹ Grifo nosso.

de significado - as palavras - presentes na frase. Só se pode dizer algo com uma frase que expresse as relações mútuas entre palavras, que são nomes ou predicados. O "Tractatus" também aparece quando suas soluções servem de matéria para o confronto crítico, representando um exemplar típico da semântica filosófica tradicional, que decidimos chamar "agostinianismo".

Assim, os elementos comuns a toda forma de "agostinianismo" é que constituem o objeto de debate das "Investigações" até perto do par.90. O núcleo desses sistemas está concentrado nas seguintes teses: as palavras têm um significado; o significado é correlato delas; ele é um objeto (BAKER & HACKER, 1980:36). Elas impõem um modelo referencial de sentido, de legitimidade duvidosa, que induz a confiança na possibilidade de se assimilarem usos diversos das expressões e a concepção da significação sob o modelo da "coisa" (BARBOSA Fo., 1973:83). As palavras, sejam elas nomes próprios, comuns ou atributos, tornam-se significativas quando substituem, a nível linguístico, objetos que têm existência real independente, aos quais é possível um acesso pré-linguístico.

O privilégio dado aos nomes não é evidentemente gratuito. Na expressão de Tugendhat, a concepção sobre a linguagem "orientada para o objeto" (ou "agostiniana", "tradicional", "tractatiana") toma como modelos os nomes próprios porque eles parecem "...exibir a substituição de um objeto por uma expressão linguística do modo mais simples e direto

(TUGENDHAT, 1982:275)". Com isso é, ao mesmo tempo, reafirmada a tese da determinação do sentido e tornada possível a ligação direta nome-objeto. Se há uma relação simples de substituição, então é certo que o sentido seja determinado e está garantida a correspondência.

Esse núcleo gera temas conexos representados em primeiro lugar pela explicação ostensiva. Esta ocupa um lugar central desde que, sem o uso dêitico do pronome demonstrativo, não há como pôr em movimento a engrenagem linguística, uma vez que, na suposição de que a linguagem retrata a realidade, busca nela seus significados, tem existência derivada e secundária (o significado é o objeto), o começo deve estar em algo que realize a ligação entre os dois domínios. A explicação ostensiva é que estabelece a relação entre a palavra e o objeto que ela significa.

Outro tema conexo, este já surgido no contexto das complicações arranjadas para atingir os estratos profundos da linguagem, onde o modelo ideal, ocultado pelas aparências, torna-se visível e revelado, é o do método analítico, com a sua promessa de decompor a linguagem até seus elementos últimos, os nomes genuínos, substitutos de objetos simples que, em razão de sua extrema simplicidade, não podem ser descritos, nem definidos, mas somente denominados.²³

²³ Sobre a necessidade de se buscarem elementos últimos da realidade, que os autênticos nomes substituem, cf. em Baker & Hacker, 1980, p. 228-246, uma discussão detalhada.

Ào se envolver com estes problemas, Wittgenstein avança em duas frentes complementares, sendo uma a tentativa de encontrar os critérios justos de sentido para as frases e seus componentes, e a sua derivada, a que reúne em um todo compreensivo todos os resultados alcançados, concluindo numa concepção geral da linguagem.

Quando se privilegia a denominação (e paralelamente a descrição, já no nível frasal) como função primordial da linguagem tem-se, por extensão, a atribuição de um papel apenas instrumental para a linguagem, que pode se apresentar numa tendência logicista sob a forma de um cálculo preciso, segundo regras fixas, dadas de antemão, independentes dos falantes e explicadas por uma isomorfia entre a linguagem e a realidade; ou noutra psicologista, que explica a associação entre linguagem e realidade por meio de uma intencionalidade, que associa os conteúdos expressos pelas frases a experiências características em cujos representantes mentais residem os significados.

O exame de ambas tendências, indo desde as suas convicções mais elementares até as conclusões mais gerais, progride em um contorno espiralado, com volta insistente aos mesmos pontos, aprofundando-os.³⁹ Todo esse percurso pode

³⁹ É com uma imagem semelhante a essa que o próprio Wittgenstein, citado por Baker & Hacker, descreve seu estilo de pensamento. Numa anotação sua, datada de 15 de setembro de 1937, ele observa que "...quando ele pensa "por si mesmo", sem ter em mente a composição de um livro, ele gira em torno de um ponto...este é seu modo natural de pensar; ser forçado a pensar sequencialmente...é uma tortura para ele. Valeria a pena continuar tentando?" Embora considerasse satisfatória esta forma para os propósitos do ensino,

ser, sem maiores prejuízos, e com algum ganho didático, resumido em dois momentos diferenciados. Há uma apresentação dos temas do livro, geral e provisória, que vai até o par.27 e depois outra, mais específica, quando os artifícios mais sofisticados que foram empregados para adequar os fatos da linguagem à imagem ideal filosófica, representados sobretudo pela corrente do atomismo lógico e pelo "Tractatus", são revistos (até perto do par.90).⁴ Convém lembrar que as "Investigações" não param aí, há ainda a desconstrução do psicologismo; mas a hipótese logicista, a que vamos nos limitar, está em grande parte concentrada neste trecho da obra.

OSTENSÃO E SIGNIFICADO

Através da definição ostensiva, os dois momentos se ligam. Há mais de uma razão justificando a atenção cuidadosa que Wittgenstein reserva para a definição ostensiva. Como já foi dito, ela interessa porque o agostiniano a toma como resposta para o problema da associação entre linguagem e realidade. O estudo dela inclui duas ordens de consideração:

i. É-lhe devida alguma atenção porque, repetindo, ela é recurso indispensável para a imagem agostiniana;

Wittgenstein não a julgava boa para a composição de um livro. Assim ele pensava nesta ocasião e, ao que parece, até o fim, como demonstra ao se dizer insatisfeito com a forma de "álbum" das "Investigações". Cf. Baker & Hacker, 1980, p.22,23.

⁴ Todos os agrupamentos de parágrafos, reunidos por assunto, foram feitos segundo a organização do livro proposta pela exegese de Baker & Hacker, no "Wittgenstein - Understanding and Meaning", 1980.

ii. Ela é recurso indispensável desde que seja compreendida ao modo da interpretação agostiniana.

Mas não é certo que, ao explicar a ostensão, o agostiniano a compreenda corretamente. Seu uso é, decerto, generalizado e eficaz. Mas o modo, o como, ou o porque desta eficácia não é matéria livre de discussão.

Wittgenstein precisa ocupar-se dela porque, ela é uma forma comum de se darem explicações e porque tem uma explicação incomum e também um incomum papel dentro da perspectiva agostiniana. Se, como pensa o agostiniano, denominar é como etiquetar uma coisa, então é perfeitamente possível uma referência às coisas anterior e independente das práticas linguísticas.

Como se verá, o exame da ostensão constitui no texto um passo importante na crítica às crenças tradicionais acerca do modo de significação dos termos singulares e na conquista de uma nova visão de linguagem. No primeiro momento os jogos propostos são muitos: o da compra das maçãs(par.1); o do construtor que pede pedras de construção a seu ajudante(par.2); a complicação do jogo do construtor, com a adição de outros tipos de palavras além dos nomes das pedras ("ali", "isto", numerais, cores) e a consequente introdução de uma sintaxe, com a possibilidade de novas ordens e pedidos(par.8); ainda utilizando elementos do jogo do par.2, o de rotular ferramentas(par.15); o de dizer o número, cores e formas de um conjunto de pedras(par.21). Há ainda os jogos

dos sinais de escrita com duas funções(par.4); dos comandos numa batalha(par.19); de achar um nome para algo(par.27).

Neles todos, Wittgenstein encontra situações de transação linguística, atividades que podem ou não se tornar atos mesmos, onde "fazemos coisas com palavras", mas que são sempre práticas, em exercício e coordenadas a outras esferas não linguísticas.⁵ Acompanhando-os, vem um interlocutor agostiniano imaginário, que afirma suas convicções, e que as vê testadas:

"Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos."

"Cada palavra da linguagem designa algo."

"...denominar é algo semelhante a colocar uma etiqueta numa coisa"(IF,1,13,15).

Wittgenstein sabe que a assimilação dos usos é devida à uniformidade aparente da linguagem(IF,11). Mas não está seguro de que esta aparência condiz com a verdade. Podem mesmo ser resumidas numa só as funções das palavras? Os jogos que vão até o par.18 mostram sempre que estas funções são diversas. Esse é o maior ganho deste primeiro momento da crítica à concepção tradicional. Até o parágrafo 27, no que concerne ao significado das palavras, Wittgenstein se limita a observar que a diversidade funcional das palavras não pode ser resumida, sem mais, à função de designação.

Esta diversidade funcional, o agostiniano ignora. Ele **"Pensa...primeiramente em substantivos tais como "mesa",**

⁵ Para a distinção entre atos e atividades de fala, cf.Pitcher, 1964.

"cadeira", "pão" e...em nomes de pessoas(IF,1)." Está condenado, no mínimo, a conceber a linguagem de modo exageradamente simplificado, como não se cansam de repetir os par.1, 3 e 4.

E quando as funções são muitas, devem ser muitos também os tipos de palavras. Obedecendo o preceito de não forçar sobre a linguagem nenhum modelo a priori, Wittgenstein não imporá classificações que não sejam aquelas sugeridas pelas diferenças observadas nas práticas dos jogos, além de notar que toda classificação envolve um poderoso elemento de arbitrariedade, na medida em que é função dos propósitos particulares de uma dada comunidade em uma dada situação.

Tomando jogos diversos, e observando os papéis que as palavras desempenham neles, vendo que elas "servem para muitas coisas", Wittgenstein descobre que a assimilação das funções todas a uma só não passa de um procedimento artificial e inútil. A imposição da fórmula "a palavra...designa..." a todas as palavras, resulta muitas vezes em enunciados "forçados", ineficazes, estéreis para as lições da linguagem. Para lições que pretendem tornar compreendida uma palavra e assim possibilitar sua aplicação.

Não é possível saber o que a palavra designa independentemente do jogo de linguagem em que ela é usada. O uso puro e simples daquela fórmula é admissível apenas em situações muito particulares, como quando se quer desfazer um mal-entendido, por exemplo, e sempre em proveito de propósitos bem específicos, como notam os par.10 e 13:

"Pode-se resumir a descrição do uso da palavra "lajota", dizendo que essa palavra designa esse objeto. Isso será feito quando se tratar apenas de afastar o mal-entendido seguinte: pensar que a palavra "lajota" se relacione com a forma da pedra de construção que nós de fato nomeamos "cubo".

"E do mesmo modo pode-se dizer que os signos a, b e c designam números; se isto talvez suprimir o mal-entendido de crer que a,b,c desempenhariam na linguagem o papel que, na realidade, "cubos", "lajotas", "colunas" desempenham. E, pode-se também dizer, "c" designa este número e não aquele; se com isso se pode explicar que as letras deveriam ser empregadas na sequência a,b,c,d,etc., e não nesta: a,b,d,c".

"Quando dizemos: "cada palavra da linguagem designa algo", com isso ainda não é dito absolutamente nada; a menos que esclareçamos exatamente qual a diferença que desejamos fazer. (Pode bem ser que queiramos diferenciar as palavras da linguagem (8) de palavras "sem significação", como ocorrem nas novelas de Lewis Carroll, ou de palavras como "la-la-ri-la-la" numa canção)".

Guido de Almeida localiza bem o ponto do argumento de Wittgenstein quando explica que:

"Essa maneira de explicar o significado de uma palavra tem sua utilidade quando queremos fazer uma distinção entre categorias diferentes a fim de evitar um equívoco, ou entre palavras que signifiquem efetivamente algo e palavras que nada significam. No primeiro caso, essa maneira de explicar o significado de uma palavra só é útil se já conhecemos o papel ou a função precisa da palavra em questão. "Poderíamos também dizer: a definição ostensiva explica o uso - o significado da palavra, quando já está claro qual o papel que a palavra pode desempenhar na língua"(par.30). No segundo caso, não precisamos saber qual a função da palavra para dizer que ela designa algo, isto é, que é significativa. Mas dizer que ela designa algo tem aí apenas o sentido de dizer que ela é uma verdadeira palavra, ou um signo linguístico e pressupõe, portanto, que já saibamos o que é uma palavra ou um signo linguístico; logo não esclarece em nada o que é para um som ou um rabisco no papel ter um significado. Em outros termos, a fórmula diz aí que algo tem um significado, mas não diz o que é ter um significado(ALMEIDA,1981:28-29)."

Todo o exame do significado das palavras gira em torno de duas principais questões: para que servem as palavras? - e, como elas chegam a desempenhar as funções que lhes cabem ou

como elas adquirem essas funções? A resposta para a primeira destas questões está explicitada no conjunto de parágrafos onde Wittgenstein recorre à analogia palavra-ferramenta, que dizem:

"Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos - Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali)."

"Imagine alguém que diga: "Todas as ferramentas servem para modificar alguma coisa. Assim, o martelo a posição de um prego; a serra, a forma da tábua, etc." - E o que modificam o metro, o vidro de cola, os pregos? - "Nosso saber sobre o comprimento de uma coisa, a temperatura da cola e a solidez da caixa." - Ganhar-se-ia algo com essa assimilação da expressão?"

"Pense nos diferentes pontos de vista segundo os quais pode-se repartir ferramentas em espécies de ferramentas(IF,11,14,17)."

Eles deixam claro que toda tentativa de assimilação em geral é vã, porque "não ensina nada" e porque os casos particulares resistem a ela, não são satisfatoriamente explicados por ela, desmentem-na.

A segunda questão, que é complementar e se acerca mais da dinâmica de funcionamento da linguagem, está sugerida em uma outra analogia, entre palavras e alavancas:

"Ligando a barra com a alavanca, faço funcionar o freio." - Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separada do seu apoio, nunca é alavanca, mas pode ser qualquer coisa ou nada."

"É como se olhássemos a cabina do maquinista de uma locomotiva: lá estão alavancas de mão que parecem mais ou menos iguais. (Isto é compreensível, pois elas devem ser todas manobradas com a mão.) Mas uma é a alavanca de uma manivela que deve ser continuamente deslocada (ela regula a abertura de uma válvula); uma outra é a alavanca de um interruptor que tem apenas duas espécies de posições eficazes, ela é abaixada ou levantada; uma terceira é a alavanca de um freio, e quanto mais forte for puxada, tanto mais fortemente freia; uma quarta, a alavanca de

uma bomba atua apenas quando movida para lá e para cá(IF,6,12)."

As funções são várias e cada uma delas é estabelecida conforme o jogo de que faz parte, na interioridade deste mesmo jogo. A analogia palavra-ferramenta serve apenas para ilustrar a diversidade de funções que as palavras desempenham na linguagem. A analogia palavra-alavanca vai mais longe, mostrando não apenas que são várias as funções das palavras, mas também que elas só são determinadas a partir do contexto de sua aplicação, na interioridade de um jogo. Antes do jogo, antes de ser dado "todo o mecanismo restante", a palavra é "qualquer coisa ou nada". É o jogo, o conjunto da linguagem, que prescreve para a palavra um lugar, um papel que ela não teria sem ele.

Primeiro se estabelece o jogo; os elementos só se discernem nos limites por ele postos, na sua interioridade. Aqui já começa a ser sugerida uma idéia que mais tarde ganhará consistência - a da autonomia da gramática. Ou seja, a idéia de que as relações entre linguagem e realidade não são as de um simples espelhamento, onde uma reproduz a forma e os conteúdos da outra. Não é possível um acesso extra e pré-linguístico à realidade, pois é dentro dos sistemas de linguagem que nos apropriamos dela. Se há alguma precedência, esta deve ser da linguagem, um sistema arbitrário, que se autodetermina. A intervenção do acordo inter-subjetivo no estabelecimento dos sistemas de significação linguística virá depois trazer o suporte para a

linguagem, que a realidade crua e indiferenciada não pode mais dar.

Aqui também já se torna nítida a preocupação eminentemente gramatical das investigações de Wittgenstein. O texto evolui do plano meramente descritivo para outro gramatical, ou seja, seus exercícios descritivos são sistematicamente conduzidos e visam propósitos (fins) abrangentes, de alcance conceitual como, por exemplo, a compreensão do que é a linguagem e de como ela se estrutura e em que se baseia.

E as conquistas neste último plano vêm por partes, com uma coerência que é garantida pela constante fidelidade de Wittgenstein ao princípio firmado desde o começo do livro, quando ele discute o método a ser seguido, o dos jogos de linguagem. Ele deve tirar toda consequência possível do que lhe ensinam as práticas linguísticas concretas, sem nunca se afastar delas. Dentro deste programa, as condições, em que uma definição ostensiva é dada e compreendida, são, evidentemente, de particular interesse.

Os dois primeiros ensinamentos sobre o uso da ostensão são que ela não constitui um gesto absolutamente simples, suporte suficiente para assegurar a determinabilidade do significado, como parecera ao "Tractatus", e também que ela não tem o alcance universal que se lhe atribui.♣ Basta

♣ Esta constatação, que agora vem trabalhada no detalhe, já havia sido sugerida antes, nos par.8 e 9, quando a complicação do jogo do par.2 mostrou como novas formas de compreensão e novas técnicas de ensino podiam, em certos

lembrar o par. 28, onde Wittgenstein mostra como é impróprio o uso da ostensão para o ensino de um numeral, por exemplo. Quando se diz "Isto são dois" e se mostra um grupo de duas nozes, para se ensinar o número dois, a explicação tanto pode ser compreendida, pelo que a ouve, ao modo pretendido pelo instrutor, como, o que inclusive é mais provável, pode ser mal interpretada, sugerindo ao aprendiz uma conexão entre a palavra dois e "este" grupo específico de nozes, do qual "dois" seria então o nome.

Se as palavras todas são nomes, então a definição ostensiva deve bastar para explicar seus significados. Nem elas são todas nomes, e, por isso, a ostensão não pode ser usada sempre; nem a ostensão, quando usada, tem garantias seguras contra o erro. Mais grave ainda, não há como encontrar a priori uma fórmula que afaste todo risco de má compreensão de uma definição ostensiva e que se aplique a todos os casos, como observa o par.29:

"Se a palavra "número" é necessária na definição ostensiva, depende se, sem ela, a outra pessoa entende a definição de modo diferente do que eu desejo. E isto dependerá das circunstâncias sob as quais ela é dada, e da pessoa à qual eu a dou."

Ora, estes determinantes tão fundamentais são, ao mesmo tempo, tão particulares, que seria praticamente impossível prevê-los todos e, na eventualidade disso acontecer, reduzir sua diversidade a uma fórmula única. São descobertas como esta que vão mostrando como a pragmática não é só

casos, ser legítimas alternativas ao ensino ostensivo, até preferíveis a ele, algumas vezes.

complementar, ao contrário, ela deve ser estruturadora mesmo.

São ainda os exemplos de ensino ostensivo que mostram que a ostensão não constitui exatamente aquele momento originário da linguagem. Na verdade, em primeiro lugar, associar uma palavra a um objeto não é começo, mas parte integrante de um jogo. Dar e receber uma explicação ostensiva envolve, pelo menos, um acordo prévio entre os participantes que estabeleça para que serve e o que significa este gesto dêitico acompanhado da enunciação de uma série de sons. Como lembra o par.30, "Deve-se já saber (ou ser capaz de) algo, para poder perguntar sobre a **denominação**". O dar e ouvir explicações pressupõe que o sujeito se reconheça como membro participante daquele jogo determinado e que esteja ciente de suas regras. E isso não se consegue espontaneamente, mas é fruto de uma aprendizagem, de um treinamento.

Isso quer dizer que uma situação de comunicabilidade precede até mesmo este tipo de explicação, entendido comumente como inicial e incondicionado. Se existe de fato ; esta precedência, é preciso rever as representações usuais acerca da linguagem. O que se vai então tomar como a condição de existência da linguagem não é mais a possibilidade de ela reproduzir uma realidade exterior, e sim a existência de uma interação comunicativa de que ela é a realização concreta. A ostensão é um jogo, como tantos

outros, que exige o estabelecimento de regras e a adesão a estas. Ela é fundada, não fundadora. Como nota o par.27:

"Nas linguagens (2) e (8) não havia nada como o perguntar o nome de alguma coisa. Este, com seu correlato, a definição ostensiva, é, poderíamos dizer, um determinado jogo de linguagem. Isto quer dizer: somos educados, treinados para perguntar: "Como aquilo se chama?" - depois do que, é dado um nome".

A definição vem depois de um pedido de explicação. E, neste problema, vale pouco ao adversário de Wittgenstein a alegação de que, para se entender uma definição ostensiva qualquer, basta "...saber ou adivinhar para o que está apontando a pessoa que dá a explicação", não importando o fato de ela dominar ou não um jogo de linguagem(PI,33). Esse apelo a "experiências características" é frágil, porque elas não acontecem da mesma maneira em todos os casos. E mesmo se acontecesse, "saber para o que está apontando..." "...dependeria das circunstâncias, isto é, daquilo que acontecesse antes e depois do apontar(PI,35)". Ou, tomando a analogia com o jogo de xadrez,

"...um lance de xadrez não consiste simplesmente em mover uma peça de tal ou qual modo no tabuleiro - também não nos pensamentos e sentimentos de alguém enquanto faz o lance: mas nas circunstâncias que chamamos "jogar um jogo de xadrez", "solucionar um problema de xadrez", e assim por diante(PI,33)."

Mas admitir o acordo prévio é uma concessão que ainda não prejudica totalmente a interpretação tradicional, se o correlato do nome continua sendo entendido como um objeto extra-linguístico independente. Só pensa assim quem ainda não se deu conta da extensão que tem a idéia de comunicabilidade e da economia de operações envolvidas na

instituição de uma linguagem. Aquilo para o que se aponta com o gesto ostensivo, o denominado, é também instrumento da linguagem, elemento do jogo, parte dele. Não que o denotado seja ele mesmo uma convenção linguística, mas toda denotação é dependente de convenções linguísticas. Sem elas, não há sequer como situar e identificar um objeto.

Essa idéia é antecipada pelo par.16 que diz, a propósito dos modelos de cor do jogo do par.8, que **"É mais natural, e leva o menos possível à confusão, se incluirmos o modelo entre os instrumentos da linguagem"**.⁷ O modelo é signo pertencente à linguagem. Quando numa explicação quero, por exemplo, ensinar o significado da palavra "vermelho" e para isso utilizo um objeto vermelho, para o qual eu aponto enquanto digo "Isto é vermelho", este objeto adquire desde então um **status** inteiramente novo. Ele agora desempenha um papel que espontânea e naturalmente nunca teria: é modelo, serve como critério de definição para todo objeto particular que eu vier a qualificar como sendo "vermelho".

Um tal objeto só se manteria numa condição de exterioridade em relação à linguagem se o meu enunciado não ; passasse de uma descrição. Ele é mais do que isso. Não está no nível descritivo (está antes dele) e, se fosse tomado por

⁷ Esse argumento, que vemos antecipado no par.16, está plenamente desenvolvido entre os par. 49 e 58, quando Wittgenstein trata do estatuto dos paradigmas e modelos da linguagem. Depois, nos par.73 e 74, quando mostra o caráter normativo da explicação por meio de exemplos e por isso retorna ao caso dos modelos; pois o objeto particular da ostensão está investido da função de modelo, é instrumento para veicular uma regra. É preciso, portanto, distinguir o nível normativo do descritivo na linguagem.

quem me ouve como estando neste nível, o resultado seria simplesmente este: meu enunciado não foi bem compreendido, ele queria propor um padrão de cor e pareceu ser a mera descrição de um objeto particular. Quando algo serve para se estabelecer uma regra e funciona como modelo - e é para isso que servem os objetos apontados por uma definição ostensiva - ele deixa de ser exterior porque já é parte e elemento de um jogo. Destinando-lhe uma função, a linguagem proporciona-lhe uma existência que ele só terá dentro e a partir dela. Antes disso, ele não é nada, pois nem há linguagem, nem significação ainda. É assim com as palavras. Elas só significam no jogo, ele é que as exige ao lhes atribuir um papel. O famoso par.43 fala disso:

"Para um grande número dos casos - embora não para todos - nos quais empregamos a palavra "significado", ela pode ser assim definida: o significado de uma palavra é seu uso na linguagem. E o significado de um nome às vezes é explicado apontando-se para o seu portador."

Os problemas aparecem quando não se distinguem claramente o portador e o significado do nome (IF, 40-42). A confusão entre eles é motivada pelas aparências da linguagem, que a sugerem. O fato de que se aponta para o portador quando se explica o significado do nome induz facilmente à confusão. Só um exame mais atento pode evitá-la. Um exame que se interesse pelos mecanismos da significação linguística e que impeça os abusos que são cometidos quando a linguagem **"entra em férias"** (IF, 38).

Essa "entrada em férias" é exatamente o desligamento da realidade concreta e dinâmica das práticas linguísticas. É o

resultado do obscurecimento da compreensão de alguém que está prisioneiro de uma concepção sugerida pelas aparências mais imediatas, mas enganosas, da linguagem, e que está tão possuído desta concepção que é capaz de impô-la, a qualquer custo, à linguagem, mesmo que para tanto tenha que se esquecer do que a própria linguagem lhe mostra repetidamente.

Só assim pode se explicar o extremo a que chegam filosofias como a do "Tractatus" e a do atomismo lógico. Levando às últimas consequências a idéia de que o significado é o objeto, presa portanto da confusão primária entre significado e portador do nome, uma dessas filosofias acaba tendo que admitir, primeiro que muitos daqueles costumeiramente chamados nomes, não podem ser nomes propriamente ditos. Se fossem, obedecendo o que se define por nome, perderiam totalmente seu significado quando o objeto correspondente desaparecesse. Isso não acontece. Logo, estas palavras não são expressões simples, como devem ser os nomes, mas expressões complexas, descrições disfarçadas. É por essa razão que o sentido delas pode perdurar, porque ele não é devido a um objeto mas a um arranjo de objetos, estes sim indestrutíveis e ligados a genuínos nomes.

Indo ainda mais longe, se o significado é o objeto, na ausência deste, o nome se esvaziaria por inteiro e deixaria de ser significativo. Não basta o objeto existir, ele precisa também estar presente, e o melhor exemplo de

expressão que deve toda sua significação à presença do objeto significado, chegando a não significar nada se isto não acontece, é o pronome demonstrativo. Só ele pode ser propriamente chamado "nome". É a conclusão desta espécie, que a confusão entre significado e portador pode levar, como é o caso de Russell. Um trecho do seu "Monist", citado por Urmson, serve como um bom exemplo:

"Os que são considerados nomes na linguagem, como "Sócrates", "Platão", etc., foram originalmente pensados para preencher esta função de substituir os particulares, e aceitamos, na vida diária, como particulares, todos os tipos de coisas que verdadeiramente não o são. Os nomes que comumente usamos, como "Sócrates", são de fato abreviações de descrições; e não apenas isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas sistemas complicados de classes ou séries. Um nome, no estrito sentido lógico de uma palavra cujo significado é um particular, só pode ser aplicado a um particular com o qual o falante está familiarizado, porque você não pode nomear nada que não conheça diretamente... Nós não conhecemos Sócrates diretamente, por isso não o podemos nomear. Quando usamos a palavra "Sócrates", estamos na verdade usando uma descrição. Nosso pensamento pode estar sendo traduzido por uma frase como "O mestre de Platão" ou "O filósofo que bebeu cicuta"... As únicas palavras que são usadas como nomes no sentido lógico são palavras como "isto" ou "aquilo". Pode-se usar "isto" como um nome que substitui um particular em presença do qual se está naquele momento. Dizemos "Isto é branco". Se você concorda que "Isto é branco", significando o isto que você vê, você está usando "isto" como um nome próprio. Mas se você tenta apreender a proposição que estou expressando quando digo "Isto é branco", você já não faz o mesmo... É apenas quando você usa "isto" estritamente, para substituir um autêntico objeto dos sentidos, que ele é um verdadeiro nome próprio. E nisto está uma estranha propriedade de um nome próprio, ele raramente significa a mesma coisa por dois momentos consecutivos e não significa a mesma coisa para o falante e o ouvinte (URMSON, 1966:83)."

Com grande habilidade, o Wittgenstein das "Investigações" mostra como é improcedente esta explicação para o uso do pronome demonstrativo. Primeiro, ele mostra como se chegou a

isso, nos par.38 e 45. Depois, ainda no 45, nota que "...um nome não é usado com, mas, apenas, explicado por meio do gesto de apontar". O demonstrativo, pelo fato mesmo de referir-se à coisa somente quando está sendo usado numa explicação, não corresponde ao que se entende por nome. Um nome retém seu conteúdo significativo, enquanto o pronome demonstrativo não o retém, e esta não é uma diferença desprezível. Além disto, o demonstrativo não pode ser explicado ostensivamente - ele é usado na ostensão, mas ela não se aplica a ele - e um nome pode. Por estas razões, o fato de ambos poderem ocupar o mesmo lugar na frase é uma semelhança que deve ser levada em consideração com muito cuidado, para se evitar uma assimilação que as diferenças não permitem.

Sobre a resistência que oferece a linguagem ordinária às exigências da interpretação agostiniana, as "Investigações" falam quando tratam dos casos de nomes como "Excalibur" e do imaginário "Sr. N N"(IF,39,40).

O SIGNIFICADO DOS NOMES

Depois disso é que vem a longa discussão em torno das versões mais sofisticadas do agostinianismo. A ligação primordial entre linguagem e realidade é possível desde que existam unidades mínimas de significação - os nomes - que as relacione. Os nomes representam os elementos simples que constituem a realidade, elementos tão simples que não se

pode senão denominá-los. Só depois é que vêm as frases, descrevendo as situações em que se encontram estes objetos.

Porém, tais nomes não estão dados à vista, assim como também não estão seus correlatos objetivos. A linguagem ordinária não mostra a estrutura que deveria ter. Ela, portanto, deve estar errada, e deve ser substituída por outra mais evoluída, ou então está errada a nossa compreensão dela. As duas alternativas foram tentadas pelos adeptos do ponto de vista agostiniano.

No caso do "Tractatus", prevaleceu a segunda. Os nomes logicamente próprios estão na linguagem, e podem ser encontrados por meio do método analítico. A aliança nome real(logicamente próprio) - simples(correlato objetivo portador do nome) - método analítico é debatida desde o par.37 até o 65 das "Investigações".

A partir de agora, Wittgenstein traz mais do que a mera constatação de que os "jogos de linguagem cotidianos" são diversos, e de que não servem apenas aos propósitos da denotação e da enunciação. Ele demonstra também que a denotação não é senão mais um jogo de linguagem, capaz de desempenhar uma função representativa determinada e tornada possível por uma situação comunicativa prévia.⁹ Depois de

⁹ Sobre a passagem do momento mais geral para o mais aprofundado das "Investigações", cf. Almeida, 1981, p.29,30. Antes de entrarmos em considerações sobre as formas sofisticadas de agostinianismo para o significado das palavras, convém lembrar que paralelamente à discussão sobre as funções das palavras, vem outra sobre o sentido das frases, entre os par. 18 e 27 das "Investigações". Ali é apreciada a hipótese de que as frases são combinações de nomes, com função descritiva. Desse modo, compreender o

verificar que o significado de uma palavra é seu uso na linguagem, de desfazer a confusão entre o significado e o portador do nome, de mostrar que a correspondência nome-objeto não é mecânica, mas normativa porque estabelecida por uma regra (e nunca sem ela), segundo um contexto concreto de interação coletiva, Wittgenstein está próximo da crítica definitiva à semântica filosófica tradicional e de uma nova concepção de linguagem.

Sabemos que é porque confunde o significado com o portador do nome que o filósofo tradicional fica embaraçado quando se depara com os nomes próprios em sentido comum. Os parágrafos entre o 39 e o 42 das "Investigações" mostram isso. Com efeito, quando se toma o nome por simples rótulo, é inexplicável o fato de seu significado perdurar mesmo depois de seu portador ter deixado de existir. Esse fato, como se sabe, ocorre. Tem, por exemplo, sentido a frase: "O Sr. NN morreu", que é proferida quando o portador do nome efetivamente não existe mais, e que diz exatamente isso. Sua ocorrência demonstra que está envolvido na determinação de um nome próprio significativo algo mais do que o simples apontar para o denominado.

 sentido de uma frase equivaleria a saber o que ela descreve, o que só é possível quando se sabe o que seus constituintes representam e como eles se combinam. O exame dos jogos de linguagem mostra que as frases servem a usos diversos e que são também diversos os critérios usados para compreendê-las. Mostra ainda que para classificá-las em tipos diferentes é preciso levar em conta seus usos ou aplicações, sem se deixar levar por formas gramaticais, que, mesmo coincidindo de uma frase para outra, podem esconder a mais absoluta desigualdade funcional. Saber o que cada palavra designa não fixa o uso da frase. Formular e compreender frases é parte de uma atividade.

O nome pode ser usado na ausência do denominado porque o que o distingue como sendo o nome para aquele objeto é um conjunto de especificações ou critérios, formulados e acordados pela comunidade falante - e não o gesto de apontar. A relação nome-denominado não vem antes, nem independe destes critérios. Ao contrário, são expressões de caracterização que identificam um objeto e, distinguindo-o dos demais, permitem que se lhe atribua um nome. O objeto é o mesmo de diversas caracterizações, sem as quais qualquer nome seria simplesmente vazio. É este o primeiro passo de Wittgenstein. O segundo será mostrar que tais critérios devem sua validade ao acordo intersubjetivo que os convencionam, faz aceitos e pode, inclusive, modificá-los futuramente.

O parágrafo 79, ao discutir o nome Moisés, é o melhor exemplo destas idéias. São necessários vários critérios de identificação para que se tenha o personagem Moisés. Estes critérios são consensualmente firmados pois, se fossem individuais, não haveria como alguém se fazer entender ao usar o nome. Antes, portanto, de um consenso em torno de critérios, não há o personagem nem, evidentemente, seu nome.

Entre sua primeira aparição e seu esclarecimento definitivo no par. 79, o problema dos nomes próprios recebe um tratamento crítico, num trecho das "Investigações" onde os recursos extremos, dos quais se vale o filósofo tradicional para sustentar a concepção objetualista, são ainda tentados.

Este filósofo, como dizíamos, argumenta: se podemos usar significativamente nomes, mesmo na ausência do denominado, então aqueles que costumeiramente tomamos por nomes não são nomes genuínos. São compostos de elementos simples, estes sim indestrutíveis e, por isso mesmo, responsáveis pela permanência do significado de objetos que não existem mais. Pois, afinal, as combinações entre os elementos são contingentes, mas eles mesmos não são.

Um postulado deste mesmo filósofo é o de que sucessivas análises podem culminar em nomes genuínos, que devem toda a sua significação ao simples gesto de apontar para os objetos que lhes são correlatos. Nomes que funcionam como rótulos, uma vez que seus correlatos objetivos são de tal maneira simples que a eles nenhuma descrição ou definição verbal convém, não restando senão a possibilidade de lhes dar nomes.

As principais diretrizes desse tipo de pensamento são expostas com a citação do Teeteto de Platão, no par. 46. Elas podem ser agrupadas em torno de três grandes núcleos, a saber: objetos simples, relação de denominação, ideal de análise.

Wittgenstein primeiro constata que não se pode falar de simples e composto em termos absolutos. Os par. 47/8/9 vão neste sentido, com uma série de exemplos: uma poltrona, uma árvore, um tabuleiro de xadrez, uma medida de comprimento. Para todos estes casos, o que será tomado como elemento simples constitutivo de um conjunto composto não é algo que

pode ser determinado apriorística, mas que deve ser definido contextual e arbitrariamente. O que será considerado elemento simples dependerá sempre da espécie de complexidade que se tem em vista (IF,47). Fora de um jogo determinado, não faz sentido perguntar se algo é composto e quais são seus constituintes simples, porque são sempre possíveis diferentes modos de consideração (IF,47).

O mesmo se pode dizer do método analítico. A análise parece levar, quando é exercida sobre a linguagem e também quando se aplica à realidade, ao melhor discernimento das coisas e fatos e à formulação destes em termos mais claros e precisos. Ela termina nos objetos simples e em seus nomes logicamente próprios, revelando a estrutura íntima da realidade e da linguagem. Também aqui, os exemplos vêm desfazer o preconceito, e o melhor deles é aquele sobre uma vassoura que poderia ser dividida em cabo+escova. A expressão analisada não diz sempre melhor, nem com maior exatidão, aquilo que é dito pela não-analisada. A análise de certos complexos, como o tricolor francês, por exemplo, pode até descaracterizá-los (IF,64).

Mas o cerne da discussão sobre os nomes está entre os par.50 e 59 das "Investigações". Aí é que elas chegam ao fundo da questão semântica, reunindo todos os dados anteriores e mostrando seu verdadeiro sentido.

Partindo de uma expressão que tem como característica peculiar o fato de ter seu significado explicitamente determinado por convenção - o metro padrão - depois

progredindo para palavras designativas de cores, Wittgenstein reúne elementos para contestar a base sustentadora de toda teoria objetualista do significado.

O metro-padrão é um "instrumento da linguagem", um "modelo", não é algo apresentado, mas "meio de apresentação" (IF,50). Todas estas expressões dizem o mesmo, que o metro existe enquanto símbolo construído por meios linguísticos. O que se entende por comprimento de um metro é o que a comunidade, por convenção, determinou que assim fosse. É um acordo firmado pelos meios do comércio linguístico que estabelece que o equivalente à medida da barra conservada em Paris sob tais e tais condições será tomado como tendo o comprimento de um metro.

Sobrepõem-se aqui argumentos de dois tipos: o primeiro deles diz que especificações verbais vêm limitar e precisar o domínio de aplicação de uma palavra, colocando critérios para seu emprego. Não compreenderá a expressão um metro alguém que não saiba o que é uma medida, o que é a métrica decimal, etc.. Não explico esta expressão com o simples apontar para um objeto que mede um metro.

O segundo argumento, mais fundamental ainda, diz que antes do jogo de linguagem do sistema de medição e do sistema métrico decimal, não existe nada que tenha um metro ou que deixe de ter. Isso é o mesmo que dizer que somos nós, os falantes que, por nossa própria iniciativa, e com inteira liberdade, decidimos por uma ou outra maneira, dentre as indefiníveis possíveis, de nos dirigirmos às coisas, de

organizarmos nossa experiência, de estruturarmos a realidade. E o fazê-lo passa pela linguagem, lugar e veículo dessas determinações.

é evidente que o caso do metro-padrão é extremo, não pelo fato de ser um objeto convencional, mas pela visibilidade desta sua característica. Guardadas as proporções, as conclusões tiradas sobre ele podem ser estendidas a todos os nomes, uma analogia que é esclarecedora desde que não percamos de vista seu caráter analógico.

A chave para a solução do problema está no termo paradigma. O parágrafo 55 diz que: "Um exemplo de algo que corresponde ao nome e sem o qual este não teria significado, é um paradigma que é usado em conexão com o nome no jogo de linguagem".

Mesmo no caso de um modelo não pertencente à linguagem, "...quando, por exemplo, percebemos a cor que uma palavra designa...", somos de novo remetidos à linguagem, quando notamos que o que torna e mantém significativa uma palavra designativa de cor são ainda distinções engendradas dentro do acordo linguístico, que estão presentes na linguagem e às quais sempre recorreremos quando se trata de explicar ou justificar o emprego da palavra.

O apoio para a palavra "vermelho", por exemplo, é dado pelas construções linguísticas, das quais a palavra é um representante. Não são os recursos da memória ou as imagens que proporcionam um tal apoio, não apenas porque estes recursos têm sempre um caráter fugidio e incerto (o que me

garante que a imagem que tenho hoje é a mesma de alguns dias atrás? e se eu perder uma memória que outrora possuí e que então me orientava?), mas principalmente porque não precisamos e de fato não recorreremos a eles quando é o caso de explicar ou aplicar esta palavra.

O recurso que buscamos é o das formulações verbais que, enquanto forem compreendidas, e aceitas, garantem a possibilidade de aplicarmos a expressão nas mais diversas situações, reconhecendo cada uma delas como compatível com este emprego. Aquilo a que recorreremos é ainda uma operação linguística (determinar, caracterizar, com expressões da linguagem) que se apropria da realidade, recortando e distinguindo-a.

Portanto, até no caso daquelas palavras que parecem expressar conteúdos perceptuais anteriores e independentes, o fenômeno da significação não pode ser dissociado das convenções linguísticas, simplesmente porque, sem estas, permanece inexplicado o fato da permanência de sua densidade significativa ou a possibilidade do seu uso em circunstâncias diversas, inclusive na falta do objeto da percepção.

Caso um objetor insistisse na existência de imagens mentais que reproduzem o percebido e que são trazidas à lembrança sempre que se faz uso da palavra, bastaria perguntar-lhe se isso efetivamente acontece. Cada vez que emprego a palavra "vermelho" por exemplo, procuro uma imagem de "vermelho" guardada na minha memória? Certamente que não.

Mesmo que recorresse, eu estaria sempre na incômoda posição de quem fica incerto sobre se minha imagem é fiel, se ela perdura, se vale também para uma tonalidade mais forte ou mais suave de vermelho. Isso sem mencionar que nem o mais rigoroso escrutínio é capaz de encontrar na mente algo que seja a "imagem do vermelho em geral". Mas o debate em torno deste problema específico só vem mais adiante no texto, numa passagem dedicada exclusivamente aos conceitos. Oportunamente voltaremos a ele.

Para eliminar toda dúvida neste ponto, Wittgenstein reafirma sua fórmula: "A fim de ver mais claro, devemos aqui, como em inúmeros casos semelhantes, considerar as particularidades dos processos, observar de perto o que se passa (IF,51)." Essa consideração mostra que, na verdade, não conto e nunca tenho que contar com aquela entidade "o puro vermelho" que eu gostaria que fosse o correlato objetivo da palavra. A insistência numa realidade dada é desnecessária, quando não mistificadora.

Nesse momento, o texto de Wittgenstein funciona como um verdadeiro solvente de todas as mistificações e preconceitos objetualistas. À asserção "X existe", ele opõe outra, "X tem significado"(IF,58). Ao fazer isso, ele desloca do sítio metafísico, onde quase sempre esteve colocado, um problema que é estritamente semântico e o traz de volta à linguagem. Como no par. 50, que diz:

"Aquilo que aparentemente deve haver pertence à linguagem. é um paradigma no nosso jogo algo com o qual é comparado. E constatar isso pode significar fazer uma constatação importante, mas é com efeito uma constatação

concernente ao nosso jogo de linguagem - nosso modo de apresentação."

Uma palavra é significativa, diz Wittgenstein, quando tem lugar nos esquemas propostos na linguagem. A realidade, que antes aparecia primária, aparece agora secundariamente (visto que não há acesso não-linguístico a ela). O par.55 pode então concluir que um nome não deixa de ter significado quando seu portador é destruído, apenas porque o que deve permanecer para lhe assegurar significado é um "paradigma" da linguagem.

A chave da solução está nessa idéia do paradigma. Ele é que reúne todas as diferentes maneiras de um objeto ser apresentado, sempre linguisticamente, dando um conceito dele, que será a regra para sua identificação e para o uso da expressão que o designa nas situações apropriadas. É na linguagem, portanto, que a própria realidade é identificada.

Ao mostrar isso, Wittgenstein consegue discernir significação de denominação, ou melhor, apresentar sob luzes mais corretas o que se passa no ato da denominação. Ele vê que a relação de denominação não é resultado daquele gesto simples de apontar para um objeto dado em presença, base de toda semântica objetualista.

Vê principalmente que o apontar para um objeto e conferir-lhe um nome não é mera realização, ao nível linguístico, de um ato de referência pré-linguístico. O ato não é simples, o significado não é o objeto, o apontar não é um poder instantâneo e mágico de ligação. O apontar é substituído pelo estabelecimento de um conjunto de

expressões caracterizadoras; elas é que constroem o objeto e deste modo permitem a denominação.

Assim é que a atenção posta nas práticas linguísticas permitiu a contestação de uma imagem enganadora, já antevista no par.36:

"E fazemos aqui o que fazemos em mil casos semelhantes: porque não podemos apontar uma atividade corporal...então dizemos que corresponde a essas palavras uma atividade espiritual. Lá onde nossa linguagem autoriza a presumir um corpo, e não existe corpo algum, lá desejaríamos dizer existe um espírito."

O SIGNIFICADO DOS PREDICADOS

Depois do par.64, as incertezas sobre o modo de significar dos nomes estão afastadas, e as bases mesmas da concepção orientada para o objeto, contestadas. Mas o trabalho de esclarecimento das "Investigações" não pára aí.

A progressiva abrangência que vai adquirindo o texto de Wittgenstein atinge seu limite máximo quando entra o conceito de semelhança de família(IF,65-67). Isso porque este leva, primariamente, ao esclarecimento das condições de significação das palavras que são conceitos. Mas a discussão não se limita a este nível. Subsidiariamente, ela fornece também as bases para a aplicação do termo "linguagem" ao conjunto das atividades que podem ser reunidas sob este, que é mais um conceito, dando, por conseguinte, margem a uma posição final e geral sobre a linguagem, envolvendo uma determinação do que pode ser chamado de linguagem e por quê.

Os conceitos são uma classe distinta de palavras, que reúne nomes comuns e adjetivos, todos eles universais,

porque se aplicam a um conjunto de objetos, sem se esgotar em nenhum dos objetos particulares aos quais são atribuídos. No interior da frase, são estes os termos com função predicativa.

Apesar de reconhecer suas peculiaridades, tanto de função, quanto de alcance, a concepção tradicional sobre a linguagem encara estas expressões ainda sob o modelo dos nomes próprios. Nos nomes próprios, ela pensa estar diante de uma referência primária e imediata a objetos. Isso não significa porém, que o tipo de referência para outros tipos de palavras seja diferente. Significa apenas que, a relação imediatamente visível nos nomes próprios, embora sendo a mesma, nos conceitos só é reconhecida em níveis mais profundos, por se tratar agora de objetos universais, não captáveis pela experiência sensível, inacessíveis à experiência direta. Todavia, esta dificuldade não impede que se estenda, também para os termos universais, a mesma relação de significação que opera na determinação de nomes próprios.

Logo, os conceitos também são nomes, que correspondem a entidades universais, justamente àquele elemento comum a todos os particulares que estão sob o conceito. A procura do elemento comum é a procura de uma entidade independente, à qual o termo deve seu significado: de uma "coisa" presente e comum a todos os seus representantes singulares. Para esta tradição, o conceito estará satisfatoriamente formulado

apenas quando tiver sido identificada a entidade que o preenche com significação.

Ao obedecer seu princípio metodológico de observar as práticas de ensino e aplicação das palavras, no caso, palavras-conceito, Wittgenstein será levado à contestação do modelo tradicional, e à explicação do fenômeno da significação dos conceitos sobre novas bases. Aqui, como na crítica geral à semântica objetualista, que se desenvolveu até o par.64, e que desfez as mistificações construídas em torno dos nomes próprios, superpõem-se dois níveis: um deles, específico, refere-se à teoria agostiniana acerca dos termos universais; o outro, mais compreensivo, vem quando as conclusões tiradas sobre este ponto servem a uma nova concepção de linguagem.

Há uma perfeita simetria entre esta parte do livro e a anterior. Antes, lidava-se com nomes em geral, mais especificamente com os nomes próprios. Agora, com os nomes universais. Antes, ficou claro que a referência não consistia numa simples correlação entre palavras e coisas, às quais seria possível um acesso pré-linguístico. A referência foi descoberta como sendo o resultado de uma operação complicada de caracterizações, com o sentido de identificar e, dessa forma, tornar nomeável, um objeto qualquer. Agora, será enfatizada a base consensual, já implícita, mas não plenamente desenvolvida, no momento anterior. Na construção de uma nova idéia de linguagem, a noção de "paradigma" dissolve o objetualismo; a de

"semelhança de família" traz à baila a convencionalidade dos paradigmas e o caráter essencialmente prático da linguagem.

É verdade que aquilo que dava suporte à compreensão dos conceitos pela semântica tradicional - o caso dos nomes próprios - já havia sido trazido a uma perspectiva correta no trecho anterior, quando os enganos sobre ele foram desfeitos. Não é demais lembrar que "nome", naquele trecho, abrangia nome em geral, compreendendo tanto os nomes para termos singulares quanto os universais. Dessa maneira, o esclarecimento sobre um tipo tem alcance sobre todos os outros. Os nomes próprios apareceram com maior relevo apenas porque eram eles o modelo exemplar.

Mas nem por isso é dispensável agora o estudo específico dos termos universais. A conclusão da passagem anterior foi a seguinte: os nomes não são rótulos; são regras de caracterização que os constituem. Acontece que as expressões de caracterização que se ligam aos nomes são os predicados, os atributos, aquelas expressões que, na frase predicativa, desempenham função caracterizadora. É por isso, perfeitamente possível ao filósofo tradicional transferir agora as expectativas que guardava em relação aos nomes próprios, e que as descobertas das "Investigações" frustraram, para este novo tipo de termo.

Uma tal atitude permite a reafirmação da proposta objetualista num outro nível, mais alto. Neste, sustenta-se que o atributo, ele sim, substitui um objeto, independente e necessariamente existente, que é geral e pode, por isso

mesmo, pertencer a diversos objetos individuais. Assim é que se levanta a hipótese de que: "...o predicado só caracteriza o objeto enquanto substitui uma característica que, por sua vez, caracteriza o objeto num sentido primário (TUGENDHAT, 1982:139)". Desse modo, ele só pode desempenhar sua função, porque primeiro toma o lugar de um objeto.

É por essas vias que o filósofo tradicional é levado a supor que uma palavra-conceito é aquela que se aplica a um conjunto de objetos, desde que estes possuam uma propriedade comum, que é conhecida e enunciada quando se dá a definição do conceito. A forma ideal de explicação de palavras como estas é portanto aquela que tem o poder de abstrair e fixar o elemento comum, delimitando precisamente o conceito em questão e atendendo, concomitantemente, os mais exigentes ideais de exatidão para o significado. O conceito universal, numa perspectiva como esta, corresponde a uma "coisa", presente e comum a todos os seus representantes singulares. Ao identificá-la, pode-se formular o conceito, do qual ela é o significado.

Para testar a possibilidade de se fazer isso, Wittgenstein começa por trazer o problema do significado dos termos universais para o campo estritamente gramatical, quando vê que estes são os termos com função predicativa. Isso já marca uma grande diferença, pois não é o mesmo, para as coisas, o participar numa realidade comum e o convir num mesmo predicado. No último caso, as referências semânticas não se confundem com as metafísicas.

Esta diferença se torna ainda maior, quando se vê que as semelhanças que fundamentam a objetividade na aplicação do termo são concebidas por aqueles que predicam, dos objetos correspondentes, a característica universal. As razões para a atribuição de qualidades e nomes comuns a uma pluralidade de objetos são produtos da decisão daqueles que formulam e utilizam os conceitos, e devem ser ditas, mostradas e explicadas, para valerem. Um certo tipo de atenção, que não é o único possível, mas que por motivos diversos veio a ser escolhido, é que recorta o domínio de um predicado, enquanto observa as semelhanças existentes entre os objetos e os reúne a partir delas. Este não é um trabalho solitário, mas feito em comunidade. Também é um trabalho que envolve uma porção de arbitrariedade, uma vez que as possibilidades de agrupamento são múltiplas. A prática de uso das expressões é que confirma e determina seu significado, traduzido nas regras para o seu uso. Estas dão expressão a algo que vem antes delas - a prática.

Sobre o significado dos conceitos, a maior novidade das "Investigações" está na demonstração de que é a maneira de aplicá-los que define sua regra, porque a aplicação não pode ser estabelecida independentemente de uma prática intersubjetiva; de que o sentido de uma regra só pode ser estabelecido a partir do que é aceito como uma aplicação correta. Mas aí já estamos no terreno das últimas conclusões de Wittgenstein. É preciso refazermos o caminho que leva a elas.

Retomemos portanto, desde o começo, o teste das certezas mais comuns sobre o modo de significação dos conceitos, teste que se fará, como sempre se faz no texto de Wittgenstein, através da observação de situações possíveis e concretas de aplicação da palavra, dentro de uma estratégia bem expressa pela pergunta do par.77: **"... como aprendemos o conceito desta palavra ("bom", por exemplo)? Segundo que exemplos, em que jogos de linguagem?"**

A exigência do elemento comum, com o seu sucedâneo - os limites rígidos - é inevitavelmente problematizada quando se examinam conceitos como o de jogo e descobre-se que, não importando se existe ou não a tal propriedade comum, o conhecimento dela não é indispensável para a compreensão e utilização do conceito (IF,66). O conceito de jogo abrange uma variedade de atividades, sem que todas elas partilhem ao menos de uma característica comum. Recreação, disputa entre os participantes, vitória e derrota, sorte, habilidade, cada uma destas características, que uma definição de jogo pode mencionar, não se pode dizer que esteja presente em todos os jogos. Dois jogos quaisquer guardam entre si semelhanças e diferenças. As características que marcam a diferença entre ambos podem ser justamente as que servem para qualificar como jogo uma terceira atividade, semelhante ao primeiro dos jogos anteriores naquilo em que este difere do segundo. O que vemos no conceito é, então, **"...uma rede complicada de semelhanças que se envolvem e se cruzam mutuamente (IF,66)"**.

Essa descoberta nos coloca, mas só aparentemente, na desconfortável posição de ter que admitir uma certa "vagueza" no significado deste conceito. Se não podemos nos ater a um exato elemento comum, como fixar os limites do conceito? Respondemos que ele pode não os ter rígidos. Se é assim, **"...então o emprego da palavra não está regulamentado...ele não está inteiramente limitado por regras(IF,68)"**. E ainda, como daremos explicações precisas para um conceito sobre o qual temos um conhecimento tão vago? Wittgenstein responde cada uma destas questões.

Primeiramente ele diz, sobre o problema dos limites para o conceito, que pode haver ocasiões em que é de nosso interesse fixar rigidamente tais limites, então o faremos. Mas pode haver outras em que a extensão do conceito não sofre este tipo de delimitação, e isso não compromete seu uso. Empregamos a palavra "jogo" corretamente e não ponemos fronteiras precisas para o seu alcance. Exigências dessa natureza não podem ser colocadas **a priori**, são sempre contextualmente dependentes. Um exemplo, definir "um passo=75cm", torna mais útil a medida de comprimento "um passo"(IF,69)?

Não há uma forma superior de explicação, porque a explicação apropriada é aquela satisfatória para a situação particular em que ela é dada. O padrão de satisfatoriedade é definido levando-se em conta as pessoas envolvidas e os objetivos específicos do jogo que elas estão jogando. Tão legítimas quanto a mais exata definição podem ser as

descrições, o uso de exemplos, etc.(IF,69). Na verdade, explico os conceitos sempre através de exemplos positivos e negativos(IF,69). Como observa Tugendhat,

"...o significado de um predicado é o que explicamos quando explicamos seu significado. E como explicamos o significado de um predicado? Se compreender um predicado é saber como ele é usado para caracterizar, i.e., para classificar e distinguir, então a explicação do significado de um predicado deve consistir em explicar como ele é usado para classificar e distinguir. Como isso pode ser feito, por exemplo, no caso do predicado "vermelho"? Certamente não pelo apontar para a característica geral da vermelhidão pois, como o conceptualista enfatizou com acerto, esta deve ser uma essência geral e portanto nada para que se possa simplesmente apontar. Esta essência geral simplesmente não desempenha nenhum papel na explicação do significado de um predicado. Na verdade, explicamos o significado de um predicado - se não o podemos explicar por meio de outras palavras, por uma definição - por meio de exemplos(TUGENDHAT,1982:143)".

Pode-se, é claro, alegar que aquele "algo comum" continua subjazendo ao conceito, mesmo que minhas explicações não o mencionem; e que se elas não o fazem, isso é devido a uma limitação dos meus meios de expressão e não do conteúdo a ser expresso. Neste caso, uma explicação por meio de exemplos atuaria como **"...meio indireto de explicação - na falta de outro melhor"(IF,71).**

É fácil vencer esta objeção. Não há porque opor "saber" e "saber dizer". Entraria numa via especulativa arriscada quem fosse atrás de um imponderável saber, intradutível em palavras. A explicação por meio de exemplos é plenamente satisfatória. Ela permite a apreensão do significado da palavra e é suficiente para orientar os empregos futuros dela. O caso dos jogos mostra que a explicação por exemplos nada tem de inferior se comparada à mais exata definição.

Ela transmite com toda clareza as regras para o uso. Nela, "Dão-se exemplos e quer-se que eles sejam compreendidos num certo sentido(IF,71)". Quer-se que eles dêem o critério para o uso do conceito.

Isso não quer dizer

"...que essa pessoa deva ver agora nesses exemplos o algo comum que eu - por alguma razão - não posso exprimir...Mas sim que tal pessoa deve agora empregar esses exemplos de um determinado modo. A exemplificação não é aqui um meio indireto de elucidação,- na falta de outro melhor (IF,71)."

O que as descrições mostram é que se eu sei o significado de uma palavra, sei dizer qual ele é, e posso fazê-lo, com idêntico grau de correção, de muitas formas diferentes. Nas explicações que dou, nunca recorro àquele "algo comum", e nem o mais rigoroso escrutínio pode encontrar este "algo comum", que é um postulado da semântica objetualista, na minha mente ou em qualquer outro lugar.

O par.73 faz a substituição da "imagem", que não encontro, pelo "modelo", que é "esquema". Mais um exemplo, no par.74, agora o de um cubo, que pode ser visto ora como imagem da figura tridimensional, ora como da bidimensional, explora aquela idéia de esquema - o mesmo "paradigma" dos par.56-57. O fato de eu poder ver (e consequentemente empregar) de duas maneiras diferentes o mesmo modelo, mostra que não tenho imagens correspondentes aos conceitos; imagens que me guiem e me constranjam. Os modelos que tenho são depositários de regras de uso, construídos segundo uma certa perspectiva - o que vem firmar em definitivo a já citada

descoberta de um fator convencional e arbitrário na formulação e ordenamento dos conceitos.

O par. 74 é conclusivo neste ponto e mostra que há um certo modo de ver as coisas, de reuni-las e, a partir disso, de fazer referência a elas. Este modo é primeiro consagrado nas nossas práticas para, depois disso, aparecer manifesto nas regras que estabelecemos para o emprego das palavras, regras que permanecem sempre fiéis e dependentes destas práticas, às quais elas dão expressão. Não há nenhuma distância separando umas das outras. Tudo o que há e o que há para ser dito está totalmente presente nas nossas formas de expressão mais comuns, já que afinal só existe e ganha determinação através destas formas de expressão. Diz então o par.74 que:

"Existe certamente esta ou outra maneira de ver; dão-se também casos em que aquele que vê um modelo assim geralmente o empregará desta maneira, e o que o vê de outro modo empregá-lo-á de outra maneira."

Disso tudo se conclui que o fictício elemento comum não aparece, nem deve aparecer, nas explicações que dou ou nas situações de emprego da palavra. Que as explicações são dadas com exemplos positivos e negativos, a partir dos quais é recortado um domínio de objetos que eu determino, não havendo portanto, também para o caso dos conceitos, nada que se assemelhe a uma designação simples de objetos dados independentemente. Assim é que compreendemos esta ponderação de Tugendhat:

"...explicamos qual função de caracterização (distinção - classificação) tem um predicado, ao demonstrar, por meio de exemplos positivos e negativos, seu modo de emprego,

ou compreendemos que função de caracterização tem o predicado, se podemos usá-lo corretamente, positiva e negativamente. Para esta concepção do significado de predicados, o uso do signo linguístico para caracterização é essencial e não apenas media tal caracterização; pode-se pois chamá-la uma concepção especificamente linguístico-analítica. Que o predicado substitui um atributo não é contestado pela nova concepção: ela apenas afirma que a existência, ou conhecimento do atributo não pode basear a compreensão do predicado, mas é ela mesma baseada nesta compreensão (TUGENDHAT, 1982:158/9).”

REGRAS E USO

Entretanto, todas as concessões que a semântica tradicional até agora fez não são ainda suficientes para vencê-la completamente. Aceito o fato de que a significação linguística é estabelecida e transmitida por meio das regras para o emprego das expressões, firmadas pelo acordo intersubjetivo, resta ainda a alternativa de tomar estas regras como constituindo um conjunto rígido e fixo, capaz de determinar em absoluto o significado das palavras. Na verdade, esta concepção tradicional, como se sabe, só é levada a buscar o significado em objetos exteriores e independentes, porque está antes sob a exigência da determinabilidade do significado. Este, que é um pressuposto seu, não precisa ser sacrificado, quando se pode transferí-lo dos objetos para o conjunto das regras.

Com os elementos que as “Investigações” acumularam até agora, não é possível ainda emitir um juízo definitivo sobre esta última pretensão do logicismo, a de que a linguagem

” Grifo nosso.

pode ser entendida como **"...um cálculo segundo regras determinadas(IF,81)"**. Se for assim, pode-se continuar mantendo uma imagem de linguagem segundo a qual esta é uma atividade independente de seus usuários e das condições concretas em que estes vivem. Pois, uma vez formuladas, as regras detêm um poder enorme de coerção sobre os falantes, governando sozinhas o uso das palavras. A estas regras, que precedem o uso, é possível, inclusive, um acesso que não depende deste último. Elas estão formuladas na linguagem; logo, basta enunciá-las e compreendê-las corretamente, para se adquirir maestria na atividade que elas conduzem. O esclarecimento deste ponto é a última tarefa de Wittgenstein no seu exame crítico da semântica tractatiana. É também ele que lhe dará condições para propor uma nova imagem da linguagem.

Aceita a idéia de que a linguagem se constitui como um sistema de regras, resta ver em que se fundamentam e qual é o alcance das regras. No trecho do livro a que nos restringiremos, é provisório e inconclusivo o exame deste problema, que só é resolvido de uma vez por todas, bem adiante no texto, nas proximidades do par.240. Apenas àquela altura, é perfeitamente compreensível uma conclusão como a de que: **"...Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (costumes, instituições)(IF,199)."**

Mas as evidências obtidas até o par.88 já são suficientemente fortes para checar o logicismo. Wittgenstein

começa pela constatação de que as regras são contextualmente dependentes. E o faz pelo exame do par "exato-inexato". Da mesma maneira como os pares "simples - complexo", "analisado - não-analisado" perderam um valor a priori (IF, 47, 48, 60-64), o par "exato-inexato" também perderá. O par. 88 mostra isso com vários exemplos, como o da "delimitação de um distrito por meio de um traço de giz" ou o do critério de exatidão para medidas de tempo. Ele diz:

"Mas compreendamos apenas o que significa "inexato"! Ora, inexato não significa "inútil"... "Inexato" é propriamente uma repreensão e "exato" um elogio. E isto significa: o inexato não alcança seu objetivo tão perfeitamente como o mais exato. Isto depende daquilo que chamamos de "objetivo". É inexato se eu não indicar a distância que nos separa do sol até exatamente um metro? ...Um ideal de exatidão não está previsto; não sabemos o que devemos representar por isso - a menos que você mesmo estabeleça o que deve ser assim chamado."

É um critério prático que determina o exato ideal de explicação, que não pode ser posto antecipadamente, porque tem um objetivo bem claro, que é o de tornar compreendida uma expressão. E isso significa: dar as regras para seu uso, tornar conhecido seu papel no jogo em questão. Isto é o mesmo que conformar as explicações às condições muito específicas dos muitos jogos de linguagem, que incluem sempre, além dos dados previstos na constituição deles mesmos (a medida para uma mesa que se vai encomendar a um carpinteiro deve estar especificada até o nível dos centímetros, por exemplo), outros que não são, e que só aparecerão e serão resolvidos na situação concreta do comércio linguístico (o carpinteiro a quem eu vou fazer a encomenda não conhece o sistema métrico decimal; por isso,

quando for instruí-lo, terei que converter as medidas para outras unidades, como a de polegadas, por exemplo). Mesmo as explicações normalmente consideradas adequadas para um certo jogo podem, no momento de sua enunciação, ter que ser reavaliadas e reformuladas.

Só isso já serve para trazer de volta ao domínio das práticas toda atividade linguística. A forma e também o sucesso de uma explicação são indissociáveis das condições particulares e concretas em que ela é dada. Condições que envolvem desde a consideração do que é próprio àqueles aos quais a dou e às circunstâncias sob as quais a formulo, até a confirmação do acerto da fórmula que escolhi e adotei, só definitivamente atestada quando os aprendizes demonstram compreensão nas suas aplicações posteriores do termo.

Mas a pragmática não se limita a isso, ela é mais fundamental ainda. Wittgenstein faz mais do que simplesmente antepor a eficácia ao antigo ideal de exatidão (IF,88). Quando as regras para o uso de uma expressão são transmitidas com sucesso, a forma escolhida de explicação, não importa qual seja, é eficaz, e é isso que vale. Mais do que a completeza da explicação, interessa seu sucesso, e isso nós já sabemos. Também sabemos que o acerto de uma explicação não é confirmado antes das aplicações posteriores da palavra aprendida, o que vem mais uma vez recordar a existência do elemento prático. A linguagem é uma atividade constituída por regras, materializadas nas explicações que são dadas e no emprego das palavras que elas governam, o que

envolve, como fator inalienável desta atividade, a existência de uma comunidade falante em situação real de interação. Só isso já carrega a idéia de prática.

Mas tendo estabelecido que uma linguagem é um sistema de regras, é preciso ainda observar que estas nunca chegam a limitá-la completamente. Elas não prevêem tudo, como mostra a analogia com o jogo de tênis, do par.68: "...não há nenhuma regra no tênis que prescreva até que altura é permitido lançar a bola, nem com quanta força". Ou o caso da cadeira que aparece e desaparece, do par.80, contradizendo os mais arraigados hábitos da nossa experiência e mostrando que não há regras "para todas as possibilidades de emprego" da palavra: "Que diremos então? Você tem regras prontas para tais casos - que digam se se pode ainda chamar a isto de "poltrona"?"

Além de não preverem tudo, as regras também não são fixas e podem evoluir por novos caminhos que a prática da linguagem vai traçando. Como demonstra a analogia com os jogos, que o par.83 retoma, é enquanto jogamos que fazemos as regras. É mais, até compreender o sentido de uma regra é algo que se aprende na prática. É esta que determina aquelas, e não o contrário. As interpretações possíveis para uma regra são as mais variadas. Aquela que é correta, é reconhecida como tal em virtude de uma prática, que se transmite por meio de um treinamento. A plena explicitação desta idéia, como dizíamos, só é alcançada bem mais tarde, no texto. Mas ela já pode ser formulada, com tranquilidade,

a partir sobretudo dos exemplos dos par. 86 e 87 - o indicador de direção e a tabela de setas para o jogo do par.2. O que tais exemplos insinuam virá claramente expresso no par.208, que diz:

"...Como elucidado a alguém o significado de "regular", "uniforme", "igual"?...a quem ainda não possui estes conceitos, ensinarei a empregar as palavras por meio de exemplos e exercícios.-E, ao fazê-lo não lhe transmito menos do que eu próprio sei."

Assim é que chegamos afinal ao "coração do problema". Esta última descoberta tem o poder de contestar em absoluto a concepção logicista acerca da linguagem, porque entende que as regras não são dadas de antemão, nem podem ser compreendidas independentemente do contexto comunicacional de sua aplicação.

No caso dos conceitos, por exemplo, as regras só são delimitadas a partir do que se convencionou ser aplicação correta da palavra. Uma tal convenção é feita pelo mapeamento através de exemplos, baseado em semelhanças, admitidas por um acordo. Isso é que determina o significado e também a regra que o comunica. O acordo, vale lembrar, está sujeito a mudanças. É na interação coletiva que se estabelece o que deve ser aceito como uma aplicação correta e a transmissão disto não pode se dar fora desta mesma interação. O significado é concebido segundo as exigências de uma prática concreta e transmitido e consagrado dentro desta mesma prática.

Abandona-se assim, de um só golpe, a idéia representacionista de linguagem e o essencialismo semântico,

bem como o idealismo filosófico dela derivado. O reconhecimento de seu caráter normativo confere à linguagem toda autonomia. Ela não espelha a forma lógica da realidade, é às conexões conceituais que se deve o sentido que ela comporta e tais conexões, sendo a matéria de que é feita a rede linguística, não podem estar ocultas, estão mostradas na superfície da linguagem e realizadas em cada operação sua. Tal normatividade tem a marca do arbitrário e ganha legitimidade dentro de uma prática.

É assim que o teste das certezas do "Tractatus" e da tradição a que ele pertence vem corrigir todos os erros que vitimaram um dia o próprio Wittgenstein e comprometeram irremediavelmente sua semântica filosófica. Os resultados da crítica têm, além das óbvias consequências negativas, outras positivas, na forma do ganho de uma nova visão da estrutura da linguagem e do redimensionamento dos propósitos e atribuições próprios da atividade filosófica. Disso se ocupa o próximo capítulo deste trabalho. Lá teremos finalmente condições de alinhar as conclusões gerais sobre a linguagem a que chegam as "Investigações" e verificar se e quais repercussões elas têm para a filosofia.

FILOSOFIA NAS "INVESTIGAÇÕES"

Para chegarmos à noção de filosofia presente nas IF, foi necessário antes acompanharmos os passos do texto, que segue as pegadas do "Tractatus", quando debate o problema da significação linguística. Se o "Tractatus" abordou esta questão segundo a análise da frase - em seus elementos - os termos singulares e universais, nomes e predicados - também as "Investigações" teriam que tomar este caminho, contemplando os mesmos termos. Isso porque para os dois livros a filosofia é considerada como uma crítica interessada em determinar o que podemos saber. E para atingir este seu objetivo ela precisa examinar o que pode ser dito com sentido.

Se voltarmos ao primeiro capítulo deste trabalho, veremos que lá foi feita uma leitura que retrocede desde a proposição 4 do "Tractatus", partindo da frase significativa e passando pela sua decomposição até os nomes mais simples, onde estão os fundamentos da linguagem.

A leitura das "Investigações" seguiu o caminho inverso, começando pelos supostos elementos últimos - os nomes - e conquistando níveis cada vez maiores de generalidade (chegando às frases e ao conjunto da linguagem). Vimos que os nomes não devem seu significado a um gesto simples e isolado de apontar para o objeto correspondente; que os critérios para sua aplicação devem ser linguisticamente formulados, no contexto de um jogo determinado; que a melhor

definição para nome não é aquela que o vê como correlato de algo a que é possível um acesso independente, correlato de um objeto simplesmente dado em presença, mas outra, que o toma como critério de identificação para um objeto que pode ser designado de diferentes maneiras e que é discriminado por meio de expressões caracterizadoras.

Estas descobertas conduzem automaticamente ao nível frasal e ao da linguagem em geral. Para se identificar um objeto e denominá-lo é preciso já dispor de recursos (formulações) linguísticos, pois por estes é que são colocados parâmetros e critérios de identificação. Isso já basta para eliminar o fundamento simples que servia de âncora ao filósofo objetualista, porque envolve a descoberta de que os nomes, contrariamente ao que pensa este filósofo, não designam o necessariamente existente, que aquilo que eles designam é contruído por meio de operações linguísticas.

Por esta via, a frase tomada como imagem de um estado de coisas onde, segundo um modo assertórico, são mostradas as combinações existentes entre os elementos da realidade, também não se mantém mais. Uma vez alterada a concepção sobre o modo de significação de seus constituintes, está alterada também a idéia de frase, que não comporta mais apenas a função descritiva, nem a definição como "modelo", ou "imagem".

Para o "Tractatus", todas as frases da linguagem são proposições descritivas que afiguram estados de coisas, uma

vez que são concatenações de nomes, os quais designam objetos. As "Investigações", adotando o método voltado para as explicações e descrições dos usos, fazem a crítica à semântica tractatiana (e, por extensão, a toda forma de objetualismo) em dois níveis diferenciados.

A crítica mais genérica vem com a descoberta de que explicar o uso de uma expressão é explicar diferentes coisas. Isso elimina a idéia de que toda frase é uma proposição descritiva: fazemos, com nossas frases, as coisas mais variadas. Mas essa ainda não é uma crítica decisiva, porque continua, mesmo depois dela, sustentável a idéia de que, pelo menos para aquelas frases que forem descritivas, vale a semântica objetualista.

A crítica decisiva vem quando, como resultado do método dos jogos de linguagem, Wittgenstein descobre que nem os nomes nós podemos considerar como rótulos, que os nomes não são apenas designações de objetos dados em presença. Também descobre que os predicados não são nomes, que eles são definidos por regras de classificação e compreensão. Daí, em qualquer circunstância, não se podem mais tomar as frases como simples descrições de objetos em situação. Pois elas nem são uma ligação de nomes (predicados não são nomes), nem têm um sentido determinado, visto que, não sendo os nomes apenas substitutos de objetos, as frases não representam uma conexão de objetos.

Ao lado deste trabalho destrutivo sobre o modo usual de a filosofia conceber o sentido das frases, deve vir também

outro, positivo. Há mesmo uma perfeita simetria entre o exame das palavras e o das frases nas "Investigações", que sempre começam por uma aproximação provisória seguida de outra, definitiva, que fazem primeiro um trabalho crítico, para depois atingirem ganhos positivos. No caso das palavras, pudemos acompanhar todo o desenvolvimento do tema. Mas dentro do trecho do livro a que nos limitamos, sobre as frases não encontramos mais do que a constatação de sua diversidade funcional e da inadequação da imagem tradicional, isso a partir dos resultados obtidos no estudo das palavras.

Embora mereça ser esclarecido, o tema das frases pode ficar para outra oportunidade, pois não chega a ser fundamental para este trabalho. Seu esclarecimento demanda uma pesquisa específica. Além disso, se nosso interesse se limita ao estabelecimento do estatuto da filosofia para o segundo Wittgenstein, e se o cumprimento desta tarefa depende da formulação de uma idéia de linguagem, então os resultados a respeito das palavras bastam, uma vez que eles são suficientes para uma tal formulação. Vejamos então qual é a repercussão de tais resultados.

Quando Wittgenstein chega ao fim do debate sobre os nomes, ele encontra fundamentos convencionais para a linguagem - o significado é determinado pelo uso. A linguagem passa a ser vista como uma atividade eminentemente prática, pois o uso correto é aquele que se tornou usual e as regras que o comunicam são compreendidas ou justificadas

também dentro de um contexto prático, a partir do que é costumeiro e habitual. Não podemos compreender como os nomes e os predicados significam sem remeter as regras de uso a uma prática coletiva, ao consenso sobre o que será tomado como aplicação correta. Desse modo, não é apenas um conjunto de regras semânticas e sintáticas, tomadas sem referência ao modo de sua aplicação pelos falantes, que determina o sentido de um enunciado linguístico.

Uma linguagem assim concebida é, evidentemente, dotada de um dinamismo e, por isso, destituída de estrutura fixa e invariante. Onde há arbitrariedade e interação coletiva, haverá também a possibilidade de mudança. Há, na linguagem, escolhas que são ensinadas, que se baseiam em hábitos e regularidades, e que são devidas às formas de vida, das quais a linguagem não é senão a expressão. Esse amparo nas formas de vida pode ser detectado desde a metáfora da cidade, no par.18, e vem repetido por muitos outros, citados a seguir:

"Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios...(IF 18)."

"E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida (IF 19)."

"O termo "jogo de linguagem" deve aqui salientar que o falar da linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida...Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes daquilo que chamamos de "signo", "palavras", "frases". E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos(IF 23)."

Assim, como corolário da compreensão sobre o modo de significação das expressões linguísticas, vem a certeza de que não há como unificar tudo o que se entende por linguagem dentro de uma estrutura essencial, uniforme e invariante. À partir disso, o conceito de semelhança de família pode ser aplicado também ao conjunto da linguagem, como afirma o par.65:

"Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas sim que estão aparentados uns com os outros de muitos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de "linguagens."

Do mesmo modo o conceito de jogo de linguagem, que no começo do livro tem sentido apenas metodológico, serve, à luz da nova semântica, para caracterizar, analogicamente, as atividades que são linguagem. E porque a linguagem é esse conjunto de sistemas aparentados entre si, todos construídos pelos seus usuários e sujeitos às modificações que a prática destes usuários pode introduzir, pode-se concluir, como faz o par.88, que **"Um ideal de exatidão não está previsto"**. Isso atinge diretamente a semântica filosófica tradicional, representada pelo "Tractatus".

Para o "Tractatus" como também para as "Investigações", a filosofia é uma atividade de esclarecimento conceitual, à qual cabe encontrar as condições de um discurso sensato. Estas lhe permitem distinguí-lo do insensato e decidir sobre o que afinal podemos saber, pois aquilo que pode ser conhecido e compreendido, pode também ser expresso

linguisticamente. De modo que tudo se resolve quando se encontra resposta para a questão sobre "o que é a linguagem", uma vez que ela é que levará a uma definição sobre o sentido dos enunciados.

Nas "Investigações", como no "Tractatus",

"Wittgenstein não considera a linguagem simplesmente como um fenômeno ao lado de outros que podem merecer, a igual título, a atenção do filósofo. Bem ao contrário, tem-se a impressão que a filosofia da linguagem das PU correspondem, grosso modo, a uma "ontologia geral" (cf. par. 370-373). Mais precisamente, essa filosofia da linguagem é, em primeiro lugar e antes de tudo, uma filosofia do sentido em geral e, correlativamente, dos limites do sentido (BARBOSA Fo., 1973:75)."

Há, porém, um postulado na semântica tractatiana, que também é sua base sustentadora - o da determinabilidade do sentido. Uma vez confirmado, ele garante à linguagem toda regularidade e fixidez. Acontece que o trabalho das "Investigações" desmente esse postulado, mostrando que a linguagem não tem o tipo de estrutura e funcionamento imaginado pelo "Tractatus". Elas mostram que as manifestações linguísticas não são só aparentemente diversas, elas o são de fato e são ainda possuidoras de um dinamismo que impossibilita toda tentativa de encontrar uma essência permanente subjazendo a elas.

É devido à sua obediência ao postulado a que nos referimos acima que uma filosofia como a do "Tractatus" não se contenta com o que está à mostra na superfície da linguagem, com o que usualmente ocorre nas práticas dessa atividade, e sai à caça de uma essência escondida, alimentando assim o que poderíamos chamar de "ideal

logicista". A investigação filosófica é sempre conceitual, ou "gramatical" (IF 90). Também as IF buscam compreender a estrutura e função da linguagem e, nesse sentido, elas não deixam de estar atrás de uma "essência". Mas o "Tractatus"

"...não vê na essência algo que já é evidente e que se torna claro por meio de uma ordenação. Mas algo que se encontra abaixo da superfície. Algo que se encontra no interior, que vemos quando desvendamos a coisa e que a análise deve evidenciar (IF 92)."

Ele, porque espera ordenação última, e não encontra isso na superfície da linguagem, é levado a adotar um método onde a análise das formas dos enunciados e expressões leva à visão da essência onde o ideal está finalmente realizado (IF 91). Assim é levado a supor que:

"O pensamento está rodeado de um nimbo.- Sua essência, a lógica, representa uma ordem, e na verdade a ordem a priori do mundo, isto é, a ordem das possibilidades que deve ser comum ao mundo e ao pensamento, Esta ordem, porém, ao que parece, deve ser altamente simples. Está antes de toda experiência; deve se estender através da totalidade da experiência; nenhuma perturbação e nenhuma incerteza empíricas devem afetá-la.- Deve ser do mais puro cristal. Este cristal, porém, não aparece como uma abstração, mas como alguma coisa concreta, e mesmo como a mais concreta, como que a mais dura (IF 97)."

Na expectativa de uma "superordem"(IF 97), ele é levado a procurar exatidão na linguagem, porque não pode conceber a existência de sentido fora disso:

"O sentido da frase - dir-se-ia - pode deixar em aberto isto ou aquilo, mas a frase deve ter um determinado sentido. Um sentido indeterminado não seria propriamente sentido nenhum. - Tal como uma delimitação imprecisa, que não é propriamente nenhuma delimitação...Uma delimitação que tem uma lacuna vale tanto quanto nenhuma (IF 99)."

Assim é o logicismo; incapaz de compreender uma linguagem onde não haja completeza nas regras (IF 100). Toda a ordenação que ele encontra na lógica ele espera também da

linguagem. E porque pensa que ela existe, torna-a existente, ao contaminar, inadvertidamente, a sua investigação semântica com seus pressupostos, que lhe parecem tão evidentes, que nem são tomados como tais. Só assim se explica uma semântica tão disseminada e ao mesmo tempo tão infiel ao que efetivamente se dá no campo da significação.

Dizem as "Investigações" que:

"Ora, vivemos na idéia: o ideal "deveria necessariamente" encontrar-se na realidade. Enquanto não se vê como ele aí se encontra nem se compreende a essência desse "deve necessariamente". Acreditamos que o ideal deve residir na realidade; pois acreditamos já vê-lo nela (IF 101)."

Também que

"Se acreditamos que devemos encontrar aquela ordem, a ideal, na linguagem real, ficaremos insatisfeitos com aquilo que na vida cotidiana se chama "frase", "palavra", "signo"...A frase, a palavra, da qual trata a lógica deve ser algo puro e rigorosamente destacado. E quebramos a cabeça sobre a essência do verdadeiro signo (IF 105)."

E, mais uma vez

"Uma metáfora que é incorporada às formas de nossa linguagem causa uma falsa aparência; esta nos inquieta: "Não é assim!" - dizemos. "Mas é preciso que seja assim!" (IF 112)."

Um procedimento como esse redundaria no aprisionamento dentro do ideal, e na conseqüente incompreensão do que vem verdadeiramente a ser a linguagem. A presença do ideal logicista, levando à assimilação das funções das palavras à denominação e das frases à descrição, já é bem apreendida por Wittgenstein desde os "Livros Azul e Marrom". O começo do "Livro Azul" analisa o processo pelo qual passa toda semântica objetualista, desde a pergunta: as palavras, esses

signos inicialmente mortos e ocios, o que os preenche, dando-lhes vida e significação? Ali se lê:

"Somos tentados a pensar que a ação da linguagem consiste de duas partes; uma inorgânica, a manipulação de signos; outra orgânica, que seria compreender esses signos, significar algo com eles, interpretá-los, pensar...sem um sentido, ou sem o pensamento, uma proposição seria uma coisa totalmente morta e sem significação. Além disso, parece claro que nenhuma adição de signos inorgânicos pode fazer viver a proposição. O que se conclui disso é que o que deve ser acrescentado aos signos mortos para fazer viver uma proposição é algo imaterial, com propriedades diferentes das de todos os meros signos...é-se tentado a imaginar aquilo que dá vida à frase como algo de uma esfera oculta,acompanhando a frase (BB 3,4,5)."¹

Deve existir uma entidade à qual o signo deve seu significado e esta entidade deve ser de natureza não linguística. É certo que, depois de encontrá-la resta ainda um problema residual que é o de saber como podemos relacioná-la à palavra, como bem exemplifica o trecho citado acima. Mas de que ela é a única solução, parece não haver dúvida. Se atentarmos para as explicações, as definições, que são afinal o modo de atribuir e especificar o significado de uma expressão, veremos que elas são de dois tipos: as verbais e as não-verbais ou ostensivas. Bem, as verbais, levando de uma palavra a outras, numa cadeia sem fim, nos mantêm presos ao mesmo problema. Como lembra Wittgenstein:

"A definição verbal, como nos leva de uma expressão verbal a outra, em um certo sentido não nos leva adiante. Na definição ostensiva, entretanto, parecemos dar um passo muito mais considerável para compreender o significado (BB 1)."

¹ Todas as referências aos "Livros Azul e Marrom" obedecerão ao seguinte código: as letras BB mais o número da página.

A ostensão parece ocupar o lugar preciso do surgimento da significação, atendendo as maiores exigências de determinação e oferecendo fundamentos positivos para a linguagem. Com efeito, ao se apontar para um objeto real e formular um signo que o vai representar ao nível simbólico, tem-se como resultado uma palavra dotada de significado, e significado estável. A partir disso, enquanto não pudermos apontar para cada palavra um objeto correspondente, não estaremos satisfeitos. Mas o fato é que não podemos fazer isso com todas as palavras da nossa linguagem. Se o modelo está certo, é nossa linguagem, em sua forma ordinária, que está errada ou, pelo menos, não revela em sua superfície esta estrutura, que é condição de sua existência e que, portanto, deve estar oculta e ser trazida à luz.

Um encadeamento como este é que leva à proposta do método analítico, onde a decomposição das expressões complexas acaba nos pares simples "nome-objeto", base e origem de todo o edifício da linguagem. Haverá então "palavras-nomes", "frases-descrições de estados de coisas". Essa imagem traduz não só uma visão de linguagem, mas também um modo de conceber as relações entre linguagem e realidade, segundo a qual aquela reflete esta, que existe e pode ser conhecida autônoma e independentemente; e pode refletir porque ambas possuem a mesma multiplicidade lógica. Trata-se, portanto, de uma imagem com amplas consequências filosóficas. O postulado do sentido determinado leva enfim ao essencialismo.

Com o "Tractatus", temos uma imagem da linguagem baseada em uma semântica que é filosófica e que está na raiz de toda metafísica essencialista. Tal imagem é produto de uma interpretação filosófica sobre certas características aparentes de nossa linguagem, que leva à mais completa incompreensão do que efetivamente se passa nela.

Todo o texto das "Investigações" representa um trabalho minucioso de teste das convicções elementares da semântica tradicional. Diante de qualquer expressão significativa, antes de enveredar pela caça à essência que ela substitui, sobretudo quando se trata de palavras tão carregadas de implicações filosóficas, como "saber", "ser", "objeto", "eu", para se preservar de erros **"deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe?(IF 116)"**. Quando se trata de uma frase, toma-se a mesma atitude:

"Quando, por exemplo, alguém diz que a frase "isto está aqui" (e, pronunciando-a, aponta para um objeto) tem sentido para ele, então se deveria perguntar em que circunstâncias particulares emprega-se de fato essa frase. Nestas, ela tem sentido(IF 117)."

O próprio Wittgenstein explica seu trabalho como consistindo numa espécie de "recondução" onde as palavras são trazidas **"do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano"** (cf. IF 116). Isso tem um efeito de desobstrução do terreno, de neutralização da interferência de todo tipo de preconceito e acaba por desacreditar, nos seus resultados, os pressupostos comuns na semântica tradicional. Acompanhando o desenvolvimento do livro, vimos que

"Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se entregou a mim, mas foi uma exigência.) (IF107)."

"...que aquilo que chamamos de "frase", "linguagem", não é a unidade formal que me represento, mas a família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si... (e que) Falamos dos fenômenos espaciais e temporais da linguagem, não de um fantasma fora do espaço e do tempo (IF 108)."

Por isso, as "Investigações" têm, ao lado do trabalho destrutivo, consideráveis ganhos positivos. Aquilo de que elas nos libertam não passa de uma ilusão. Elas dizem que "...são apenas castelos de areia que destruímos" e, ao libertar-nos disso, elas liberam "o fundamento da linguagem sobre o qual repousavam" (IF 118).

É dupla a função do texto, dupla também portanto a da filosofia, de que o livro é um exercício e uma amostra: ao lado de uma terapêutica, que com o método dos jogos de linguagem desfaz confusões conceituais, vem também o alcance compreensivo, com o esclarecimento do que vem a ser "significado", "sentido", "linguagem". A descrição dos usos, é preciso que se entenda bem, não visa o acúmulo de dados empíricos. Ela está a serviço de interesses conceituais. Ao descobrir que a linguagem não consiste num cálculo, é destituída de uma estrutura fixa e, por conseguinte, não possui uma essência permanente, as "Investigações" tiram da filosofia o caráter de profundidade que ela antes pretendia ter. Sobre a terapêutica, Wittgenstein diz:

"Este aprisionamento em nossas regras é o que queremos combater, isto é, aquilo de que queremos ter uma visão panorâmica... A posição cotidiana da contradição ou sua

posição no mundo cotidiano: este é o problema filosófico (IF, 125)."

Isso implica, evidentemente, uma mudança na atitude do filósofo, que pode ser sugerida por uma série de imagens, como esta usada por Hacker:

"...enquanto o "Tractatus" queria obter um correto ponto de vista lógico por meios "geológicos" investigando por debaixo das aparências da linguagem para descobrir sua estrutura latente, a última filosofia de Wittgenstein busca o ponto de vista lógico correto por meios "topológicos"...A principal fonte de enganos característica da filosofia está na dificuldade para obter uma visão panorâmica do nosso uso da linguagem (PI, par.122). Sua estrutura interna, constituída pelas regras que determinam o uso e, por conseguinte, o sentido das frases e de seus constituintes, é a forma de representação, a rede de conexões conceituais por meio das quais concebemos o mundo. Obtemos uma visão apropriada da nossa forma de representação quando compreendemos a gramática da linguagem...a gramática não está incorporada num meio estático imediatamente visível, mas é a estrutura das nossas práticas linguísticas. Podemos, em geral, obter uma visão panorâmica apenas por um paciente exame de como se espera que sejam aplicadas as frases e expressões (Z, par.272), de suas relações, governadas por regras, com outras frases e expressões (HACKER, 1972:114/115)."

O filósofo é, acima de tudo, um "patologista", o que não o impede de ser também como que um "anatomista" (cf. HACKER, 1972:141). Ele deve "mapear" a linguagem, porque só assim pode evitar e combater as ilusões ao mesmo tempo em que compreende o seu modo de funcionamento. Isso é que determina o que há de peculiar em sua investigação, seus métodos, seu alcance.

Substituindo o método analítico, vem um outro, descritivo. É conhecendo os usos das expressões, que descobrimos as regras que as governam e desfazemos mal-entendidos. Para entender o que uma palavra significa, é

preciso saber como ela é usada, o que é mostrado pelas descrições. O interesse de uma reflexão deste tipo está dirigido às partes da gramática que geram confusão, quando geram. Isso transforma a filosofia em uma habilidade estranha a qualquer pretensão teórica e normativa. É o que dizem os par.109 e 124 das "Investigações":

"...E não devemos avançar nenhum tipo de teoria. Não deve haver nada de hipotético em nossas considerações. Devemos abandonar toda explicação e a pura descrição deve tomar seu lugar. E esta descrição recebe sua luz, isto é, sua finalidade, dos problemas filosóficos. Estes são, é claro, problemas não-empíricos; eles são resolvidos antes pelo exame dos trabalhos da nossa linguagem, e isso de um modo tal que nos faça reconhecê-los: apesar do impulso para compreendê-los mal. Os problemas são resolvidos, não com a obtenção de novas informações, mas pelo arranjo do que sempre soubemos. A filosofia é uma luta contra o enfeitamento da nossa inteligência pela linguagem".
 "A filosofia não deve, de maneira alguma, interferir no uso efetivo da linguagem; ela pode, enfim, apenas descrevê-lo. Pois também não pode dar-lhe fundamentos. Ela deixa tudo como está."

Hacker faz uma comparação interessante entre o trabalho do filósofo, como Wittgenstein o entende, e o do psicanalista:

"A filosofia é uma atividade cujo produto primário é o desaparecimento dos problemas filosóficos. Uma parte essencial da atividade é mesmo a dedução e arranjo de regras óbvias de uso...as descrições são empíricas - mas sua correção é garantida pelo fato de que elas são tiradas da pessoa cuja confusão está em questão...a pedra de toque da correção das regras que ele (o filósofo) assim apresenta é o usuário da linguagem, não o julgamento independente do filósofo... Como o psicanalista, tudo o que o filósofo faz é tornar o paciente consciente do que ele está fazendo. Este processo requer habilidade, que precisa ser exercitada no diálogo, habilidade para fazer as perguntas certas na hora certa, a fim de iluminar as conexões conceituais incorporadas nas nossas práticas linguísticas (HACKER, 1972:121/122)."

é essa habilidade em exercício que se pode apreciar no desenvolvimento das "Investigações". Lá também vão sendo desfeitas inúmeras confusões sobre a significação linguística, confusões geradoras dos maiores impasses em filosofia. Mas no livro, ainda, vai-se conquistando, aos poucos, uma visão correta da gramática da linguagem. Um subproduto da terapêutica filosófica vem como ganho positivo, sob a forma de compreensibilidade.

Não se pode mais, é certo, procurar a última ordem da linguagem, porque se descobre que esta não representa a estrutura a priori do mundo. Também porque a linguagem não é estática, mas um conjunto de sistemas semelhantes entre si, como o são os membros de uma família, sujeitos a inovações conceituais, transformando-se no mesmo ritmo em que se transformam as formas de vida das comunidades falantes que lhes dão origem.

Mas mesmo sendo não-essencialista, não-teorética, a filosofia não deixa de ser sistemática. Ela diz o que é o significado, e entende a função e estrutura da linguagem, obtendo, por consequência, uma visão de conjunto da atividade linguística. Depois das IF não há mais como pretender dar uma visão última da estrutura da linguagem, como encontrar uma ordem estável nela, mas isso não tira da filosofia nada de sua sistematicidade. É bom lembrar aqui que a pergunta pelo uso, pelas explicações sobre os usos, pelas circunstâncias da interação linguística, que envolvem também dados não-linguísticos, torna descritivo o método

filosófico; porém trata-se aqui de uma descrição interessada, com amplas consequências conceituais, porque tem em vista uma generalidade e não a particularidade de cada caso. Tugendhat enfatiza isso:

"O significado de uma palavra é aquilo que a explicação da palavra explica". O que se quer dizer com essa proposição é, inicialmente, apenas o seguinte: quando perguntamos filosoficamente pelo significado de expressões linguísticas, estamos perguntando o que é em geral ("enquanto tal") aquilo pelo que perguntamos, quando perguntamos pré-filosoficamente pelo significado de uma expressão particular...quando filosoficamente perguntamos como usamos expressões linguísticas, perguntamos pela mesma coisa sobre a qual perguntamos quando pré-filosoficamente perguntamos como uma expressão individual é usada; só que agora esta é uma questão sobre o modo de emprego como tal, em generalidade formal(TUGENDHAT,1982:151)."

Assim, é específica a questão do filósofo, e traz compreensão. Depois das IF há respostas certas para questões gerais a respeito da nossa forma de representação, da objetividade, do sentido. Apenas, as mesmas lições que dão estes resultados positivos ensinam também que a filosofia deve abrir mão do ordenamento último e definitivo, impossibilitado pela própria estrutura da linguagem, que ela agora conhece. Não há mais essência a ser buscada. Mas há ordem e esclarecimento possível:

"Assim, a ordem conceitual que a reflexão filosófica instaura ao descrever os usos linguísticos não é "a ordem" (par.132), a saber, a ordem que existiria se houvesse uma correlação especular entre a linguagem e a estrutura essencial do mundo. Não é a ordem, poderíamos dizer, da identidade ou da continuidade essencial,mas a ordem, nas palavras de Wittgenstein, das diferenças ou das distinções (Unterscheidungen) (ALMEIDA,1981:14)."

Segundo o arranjo proposto por Baker & Hacker, no "Understanding and Meaning", a natureza da filosofia é

discutida explicitamente entre os par.89 e 133 das "Investigações". Eles notam que esta parte do livro tem estrutura menos argumentativa que as anteriores. Mas não se espantam com isso porque, de fato, como convém lembrar, não é dogmaticamente que Wittgenstein chega a estabelecer as tarefas e os limites do filosofar. Ele só pode fazer isso, com as fórmulas breves que usou neste trecho do livro, porque ali não estão senão as conclusões e os resultados de um demorado e justificado exame das operações linguísticas. Acompanhar este exame, para compreender suas consequências, foi o maior objetivo deste trabalho de dissertação.

CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, julgamos conveniente retomar a sequência do seu desenvolvimento, dando um resumo do que se conquistou a cada capítulo e mantendo sempre presente o maior objetivo do projeto, que é a compreensão do conceito de filosofia formulado por Wittgenstein nas IF.

Esse conceito não pode ser compreendido sem uma referência ao "Tractatus", tanto porque, apesar das divergências, as "Investigações" e o "Tractatus" ainda mantêm algumas semelhanças básicas - a orientação crítica e a concepção de filosofia como atividade de esclarecimento - como também porque toda a originalidade das IF está calcada na avaliação crítica que elas fazem das principais teses do T. Por isso, o primeiro capítulo foi dedicado ao "Tractatus".

Lá, vimos que o ponto de partida do "Tractatus" é uma concepção prévia da filosofia como atividade de esclarecimento, por oposição às atividades de conhecimento. Cabe a ela esclarecer as condições em que podemos dizer algo com sentido e, deste modo, é crítico seu objetivo, uma vez que ela deve marcar a fronteira entre o discurso sensato e o discurso sem sentido. Disso decorre que a maior tarefa do "Tractatus", e da filosofia, é elaborar uma teoria do sentido.

Para o "Tractatus", não há como estabelecer as condições de sentido, sem mencionar também as condições de verdade - ele entende que compreender uma proposição é compreender o

que seria o caso se a proposição fosse verdadeira, ou seja, é compreender suas condições de verdade. E o "Tractatus" direciona sua teoria do sentido desta maneira, porque se baseia em certos pressupostos, notadamente no pressuposto da determinabilidade do sentido. Se ter sentido é ter um sentido determinado, então toda proposição dotada de sentido é verdadeira ou falsa. Logo, deve haver algo que a torne verdadeira ou falsa, o que significa conceber a verdade como correspondência e o sentido como uma relação figurativa entre uma frase e um estado de coisas (conexão possível de objetos). Para a frase representar um fato é preciso que a relação entre os seus elementos tenha algo em comum com a relação entre os elementos do estado de coisas - a forma lógica. Essa mesma forma lógica, enquanto dá a forma de todas as proposições e lhes possibilita expressar conteúdos descritivos, não pode, contudo, ser objeto de uma descrição. Ela pode ser mostrada, mas não dita. Uma vez que é da forma lógica que fala a filosofia, as proposições filosóficas são absurdas, pois elas se propõem a dizer o indizível. Assim, o "Tractatus" termina numa semântica representacionista e objetualista, que considera desprovido de sentido todo enunciado que não expresse um conteúdo descritivo.

No segundo capítulo, tentamos discutir a possibilidade de uma leitura das IF que reconstrua sua unidade sistemática, ocultada pela aparência fragmentária dos parágrafos. Ali mostramos que há uma ordem de questões, que não é arbitrária, sistematicamente respondidas pelo texto, segundo

o método dos jogos de linguagem. Nas "Investigações", Wittgenstein continua preocupado com as condições de um discurso sensato, ele ainda compreende a filosofia como atividade de esclarecimento conceitual, que aspira a uma explicação geral de fenômenos diversos, como o do sentido linguístico.

Mas agora, para este esclarecimento, utiliza um novo método, não-problemático, que lhe permite chegar a uma teoria semântica não comprometida com nenhuma concepção apriorística sobre a natureza da linguagem. Tal método consiste na descrição dos usos das expressões, no contexto dos jogos de linguagem. Ele permite a Wittgenstein o exame do problema do sentido em geral e o teste das teses do "Tractatus", garantindo ordenamento e sistematicidade ao texto das IF. Porque há uma relação estreita entre o significado e o uso normal de um termo (conhecer o significado = saber para que serve uma palavra), ao perguntar pelo uso, o filósofo tem a certeza do acesso ao significado, segundo um ponto de vista anterior a qualquer tomada de posição teórica sobre o problema. E o uso está dito nas explicações que são dadas.

Assim, para se chegar ao significado, é preciso prestar atenção às situações onde se explicam os usos, circunstâncias de interação onde se combinam fatores linguísticos e não linguísticos - os jogos de linguagem. Nos jogos é que são dados os critérios de emprego correto, as razões para aceitá-los e tudo o que for necessário para o

entendimento. A clareza sobre o problema do sentido permite conclusões gerais e compreensivas sobre linguagem e filosofia, além da avaliação crítica das teses tractarianas, que dão o roteiro para a aplicação do método.

Depois de mostrada a "nova ótica" das "Investigações", com a justificação do método e explicitação do alcance do livro, vem o terceiro capítulo, onde é observada a aplicação daquele método às questões da semântica filosófica. Ali vemos como os diversos casos estudados, onde são explicados os usos e empregadas as palavras, desmentem a concepção tradicional acerca da significação linguística e sugerem uma nova imagem de linguagem. Observando o modo de significação dos nomes e atributos - componentes da frase significativa - Wittgenstein descobre que a referência não é simples e imediata, como parecera ao "Tractatus".

Os jogos mostram que aquilo que é aceito como aplicação correta de uma palavra não pode ser estabelecido independentemente de uma prática intersubjetiva, tanto para os nomes próprios quanto para os termos universais. Num caso, como noutro, sem expressões caracterizadoras, presentificadas na linguagem sob a forma de paradigmas, e firmadas com base em um acordo consensual, não há como se entender o uso da palavra nas diversas situações de seu emprego. E este fundo convencional, que faz a apropriação da realidade pela linguagem, tem origem comunicacional e prática, envolvendo o desenvolvimento de uma habilidade, na aprendizagem e no exercício da linguagem.

Nos universais, por exemplo, incluídos os nomes comuns e atributos, Wittgenstein vê que é comparando e distinguindo casos particulares que se chega a um acordo sobre o significado e o domínio de abrangência do termo. Essas descobertas culminam na constatação de que, contrariamente ao que se poderia supor, nem depois de firmadas, as regras adquirem um tipo de permanência e estabilidade que lhes possa assegurar uma relativa autonomia em relação à prática. Pois é sempre no contexto de uma prática, no treinamento, que elas são aprendidas e compreendidas. Também é a prática que funda a validade das regras e pode, com suas transformações, alterá-las.

O quarto e último capítulo é conclusivo. Nele se vê, em primeiro lugar, como fica a idéia de linguagem depois do trabalho crítico das "Investigações". Reconhecido o dinamismo da linguagem, está automaticamente abandonada a imagem de linguagem conforme uma estrutura fixa e invariante, e desqualificada toda a semântica tractatiana. Depois das IF, não se toma mais a linguagem como o meio que proporciona um quadro lógico do mundo - a linguagem é descoberta como uma forma de ação. Envolvendo treinamento, hábitos, convenções, suportadas pelas formas de vida das quais emergem, as diversas formas de linguagem não comportam nenhuma unificação que as reduza a uma estrutura essencial e uniforme.

Tais conclusões atingem diretamente, e em segundo lugar, também a idéia de filosofia veiculada pelo "Tractatus". O

esclarecimento no T, enquanto dirigido pela exigência da determinabilidade do sentido, que é um pressuposto, aspira à visão da essência da linguagem. Havendo sentido determinado para toda expressão linguística, este sentido não sendo dado à vista, deve então estar oculto sob a aparente diversidade das manifestações linguísticas, todas elas expressões de uma estrutura essencial e permanente, a ser mostrada pela filosofia. No "Tractatus", Wittgenstein tinha sido vítima de um pressuposto logicista, que não lhe aparecia como sendo um pressuposto, mas como uma compreensão legítima dos fenômenos linguísticos.

As "Investigações", não apenas localizam o componente dogmático da semântica tractatiana, e de toda semântica objetualista, e nesse ponto fazem um trabalho destrutivo, mas também, graças à generalidade e conceptualidade assegurada pelo método dos jogos de linguagem, conquistam uma visão correta do funcionamento da linguagem, que lhes dá as bases para a compreensão do que vem a ser linguagem, objetividade, sentido, ter em mente, etc.. Elas são a melhor amostra do esclarecimento conceitual que é legítimo esperar da filosofia, segundo um método não-problemático, onde não há interferência de pressupostos e expectativas essencialistas. Assim, para compreender o texto das "Investigações", buscando a idéia de filosofia expressa e exercitada por ele, foi preciso antes passar pelo seu trabalho de esclarecimento, que traz uma nova concepção de linguagem, e pelo exame crítico do "Tractatus".

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Guido A. de. "Aspectos da Filosofia da Linguagem; contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem". Caderno SEAE, São Paulo, 1(1):64-86, ago, 1978.
- . Linguagem e Ação Comunicativa. Tese apresentada em concurso para Professor Titular, no Depto. de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- ALSTON, William P. Filosofia da Linguagem. Trad. Álvaro Cabral, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.
- AMBROSE, Alice & LAZEROWITZ, Morris (org.). Ludwig Wittgenstein = Philosophy and Language. George Allen and Unwin Ltd, Londres, 1972.
- BAKER, Gordon P. & HACKER, Peter M. S.. Scepticism, Rules and Language. Basil Blackwell, Oxford, 1984.
- . Wittgenstein: Understanding and Meaning = An Analytical Commentary on the "Philosophical Investigations". Basil Blackwell, Oxford, 1980.
- BARBOSA Fo., Balthazar. "Nota sobre o conceito de Jogo de Linguagem nas "Investigações" de Wittgenstein". II^o Humanidades, São José dos Campos, v.9:75-104, 1973.
- . "Sobre o positivismo de Wittgenstein". Manuscrito = Revista de Filosofia. UNICAMP, Campinas, v.V(no.1):17-32, out., 1981.
- BARTLEY III, William W.. Wittgenstein. Open Court, LaSalle, 1985.
- BOUVERESSE, Jacques. La Parole Malheureuse. Les éditions de Minuit, Paris, 1971.
- GRANGER, Gilles-Gaston. Ludwig Wittgenstein. Seghers, Paris, 1969.
- HACKER, Peter M. S.. Insight and Illusion = Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience. Clarendon Press, Oxford, 1972.
- HEIJENOORT, Jean von. From Frege to Gödel. a Source Book on Mathematical Logic 1872-1931. Harvard University Press, Cambridge, 1981.
- HOLTZMAN, Steven L. & LEICH, Christopher M. (ed.). Wittgenstein = to Follow a Rule. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1981.

- JANIK, Allan & TOULMIN, Stephen. Wittgenstein's Vienna. Touchstone, Nova Iorque, 1973.
- KENNY, Anthony. Wittgenstein. Trad. Alfredo Deano. Revista de Occidente, Madri, 1974.
- LANDIM Fo., Raul & ALMEIDA, Guido A. de (org.). Filosofia da Linguagem e Lógica. Loyola - PUC-RJ, São Paulo - Rio de Janeiro, 1980.
- LANDIM Fo., Raul. "A Interpretação Realista da Definição Nominal de Verdade". Manuscrito - Revista de Filosofia. UNICAMP, Campinas, v.VI (no.2):7-20, abril, 1983.
- ."Significado e Verdade". Síntese. Loyola, Belo Horizonte, v.X (no.32):33-47, set.-dez., 1984.
- MALCOLM, Norman. "Wittgenstein, Ludwig Josef Johann". The Encyclopedia of Philosophy. The Macmillan Company & The Free Press - Collier-Macmillan Ltd., Nova Iorque - Londres, v.8:327-340, 1967.
- MARGUTTI, Paulo R.. "A Conceitografia de Frege - Uma Revolução na História da Lógica". Kriterion - Revista de Filosofia do Depto. de Filosofia da FAEICH - UEMG. Belo Horizonte, v.XXV (no.72):5-34, jan.-jun., 1984.
- PEARS, David. As Idéias de Wittgenstein. Trad. Octanny S. da Motta & Leônidas Hegenberg. Cultrix, S. Paulo, 1973.
- PITCHER, George (ed.). Wittgenstein - The Philosophical Investigations - a Collection of Critical Essays. Macmillan, Londres, 1970.
- . The Philosophy of Wittgenstein. Prentice Hall, Nova Jersey, 1964.
- RUSSELL, Bertrand. "On Denoting". Mind. Oxford, v.XIV: 479-493, 1905.
- STEGMULLER, Wolfgang. A Filosofia Contemporânea - Introdução Crítica. EPU - EDUSP, São Paulo, 1977.
- TUGENDHAT, Ernst. Traditional and Analytical Philosophy - Lectures on the Philosophy of Language. Trad. P. A. Gerner. Cambridge University Press, Cambridge, 1982.
- URMSON, J. O.. Philosophical Analysis - Its Development Between the Two World Wars. Clarendon Press, Oxford, 1966.
- WHITEHEAD, Alfred N. & RUSSELL, Bertrand. Principia Mathematica to 56. The University Press, Cambridge, 1964.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and Brown Books*. Basil Blackwell, Oxford, 1984.

----- . *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. Abril, São Paulo, 1979.

----- . *Philosophical Investigations*. Trad. G.E.M. Anscombe, Basil Blackwell, Oxford, 1984.

----- . *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. José Arthur Giannotti. Companhia Editora Nacional - EDUSP, São Paulo, 1968.